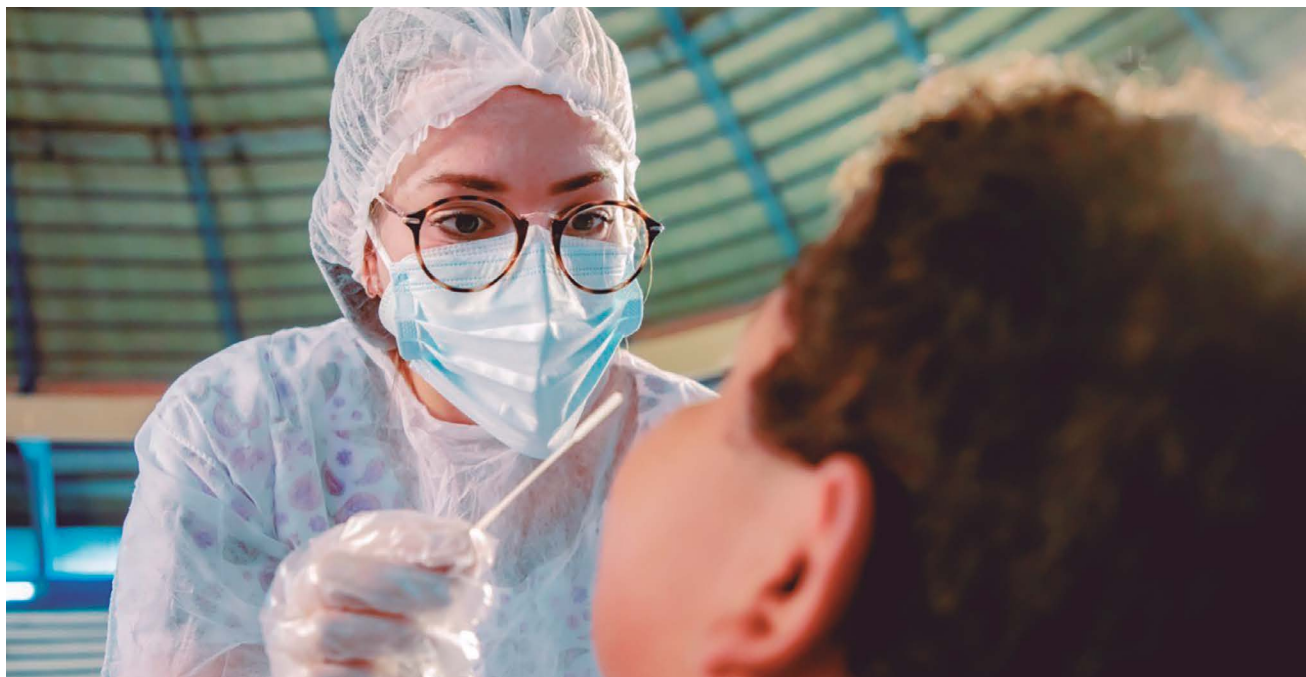


COVID-19 Casos dobram em Anápolis na 1ª quinzena de setembro

O número de casos de Covid-19 em Anápolis praticamente dobrou nos primeiros 15 dias de setembro, na comparação com o mesmo período de agosto. De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde foram 233 infecções neste mês contra 117 no mês anterior. A elevação se dá na esteira da variante mais nova do coronavírus Sars-CoV-2, causador da doença. A EG5.1, chamada de éris, é altamente contagiosa, mas não demonstrou grande potencial de agravar os casos. Foi detectada no Brasil em meados de agosto. Apesar do aumento de casos, houve redução no número de óbitos em Anápolis.



Página 15

Novo marco para eleição de diretores

O marco temporal para a contagem dos mandatos dos gestores de escolas municipais e centros municipais de ensino (cmei) deve ser estabelecido em 20 de setembro de 2019. A data se refere ao início da vigência da lei nº 4.039, que trata de algumas alterações no sistema municipal de ensino. Também ficou claro sobre a quantidade de reeleições permitidas ao gestor. A lei estabelece uma eleição com mandato de dois anos e a possibilidade de mais três reeleições. Ou seja, o diretor ou diretora poderá permanecer no cargo, desde que vença as eleições, por até oito anos. **Página 13**



Roberto Naves pede municípios com mais autonomia financeira

Em entrevista ao jornal O Popular, nesta segunda-feira (18), o prefeito de Anápolis, Roberto Naves, fez um balanço da administração que já se encaminha para a reta final. Entre os principais pontos abordados, reforçou as críticas à Reforma Tributária e fez coro ao movimento de prefeitos em prol da autonomia financeira dos municípios. Ao lado do prefeito de Aparecida de

Goiânia, Vilmar Mariano (MDB), Naves relembrou um dos estudos produzidos pelo Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB) que prevê a perda de mais de R\$ 50 milhões em arrecadação com a unificação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). **Página 4**

Prefeito deixa o Progressistas

Decisão de Roberto Naves, anunciada por ele na tarde desta segunda-feira (18), acontece no mesmo dia em que Alexandre Baldy (presidente estadual do PP), Joel Sant'Anna (titular da SIC) e deputado federal José Nelto lançaram a pré-candidatura do vereador licenciado Leandro Ribeiro a prefeito em 2024. **Página 2**

Banho mais longo gera escassez de água tratada

Faltando pouco para o fim do período de estiagem, os reservatórios de água que abastecem Anápolis estão em 584 litros por segundo (l/s). O volume de água está dentro do nível de atenção, entre 430 (l/s) a 890 (l/s), acima deste último número o índice é normal. André Amorim (foto), gerente do Centro de Informações Meteorológicas e Hidrológicas de Goiás (Cimehgo), alerta que essa elevação da temperatura resulta em aumento de banhos que, para o profissional, pode resultar em um problema coletivo. Segundo ele, é essencial evitarem gastos desnecessários de água. **Página 2**



dmanapolis

Entre em contato com a redação
(62) 3706-9010 redacao@dmanapolis.com.br

WWW.DMANAPOLIS.COM.BR

NA ESTIAGEM

Número de banhos pode causar vários problemas coletivos

Especialista diz que época é marcada pelo baixo recurso hídrico e defende o uso racional

AGLYS NADIELLE

Faltando pouco para o fim do período de estiagem, os reservatórios de água que abastecem Anápolis estão em 584 litros por segundo (l/s). O dado é de acordo com a última vazão calculada pela Saneago, no fim da tarde deste domingo (17). O volume de água está dentro do nível de atenção, entre 430 (l/s) a 890 (l/s), acima deste último número o índice é normal.

Este período é marcado por ser o mais seco do ano e, por esse motivo, é importante tomar alguns cuidados com o recurso hídrico. André Amorim, gerente do Centro de Informações Meteorológicas e Hidrológicas de Goiás (Cimehgo), faz o alerta quanto a importância de evitar gastos desnecessários.

“Esses cálculos são eles que fazem porque eles têm os reservatórios, eles sabem a quantidade média de consumo da população de Anápolis, por exemplo. Mesmo no calor nós temos que fazer o uso racional da água, não desperdiçar água para lavar calçada”, exemplificou.

A estiagem vem acompanhada de dias quentes, especialmente com uma onda de calor prevista para os próximos dias. Essa elevação da temperatura resulta em aumento de banhos que, para o profissional, pode resultar em um problema coletivo.

“Quando está muito quente

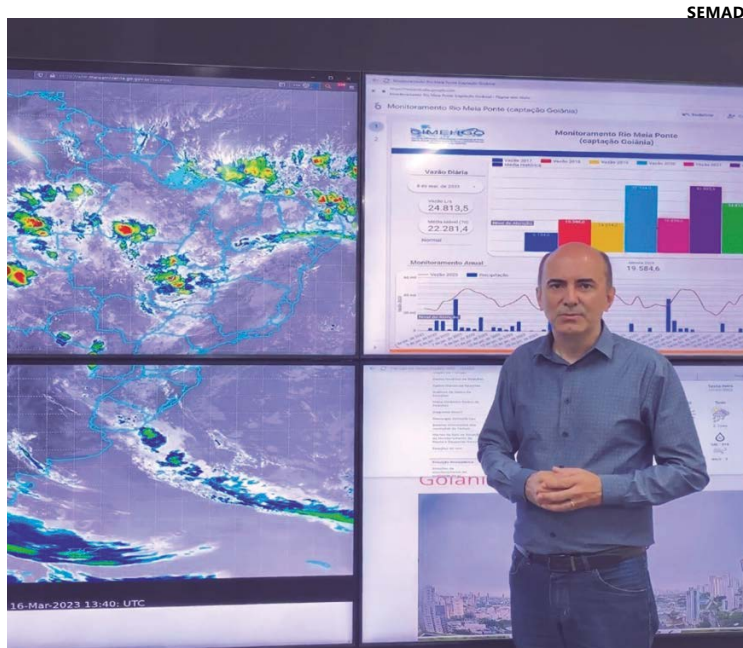
as pessoas resolvem tomar mais banho e isso resolve um problema individual e não coletivo, você gera um outro problema. É interessante sim que as pessoas possam nesse momento reduzir o tempo de banho, não dá para ficar uma hora debaixo do chuveiro”, detalhou.

André explica que o tempo de banho indicado para essa época do ano é de cinco até, no máximo, 10 minutos. As reduções são importantes para fazer o uso consciente do recurso hídrico e não resultar em uma possível falta d'água, já que os reservatórios são naturalmente mais baixos nesta época.

VOLUME

O grupo de reservatórios Alexandrina/Cid. Universitária é o mais crítico da cidade, com apenas 49,48% preenchido. Em segundo lugar no ranking dos mais preocupantes está a estação Centro/Jundiá, com 53,26%. Dos demais, somente a Boa Vista/S. Lourenço e Vila Fabril/Santa Maria estão com os indicativos abaixo de 60%.

A região Jaiara Sul/Progresso é a que mais tem volume em reservas, sendo um total de 93%. Os tanques Leste/Lourdes e Santo André/Mariana também não ficam muito abaixo, com os índices na casa dos 80%. Já os reservatórios Jaiara Norte/Recanto do Sol e Vivian/Munir – Daia estão com 73,85% e 76,97%, respectivamente.



André Amorim, gerente do Cimehgo: evitar gastos desnecessários

painel DM

BASTIDORES

Unção de Baldy a Leandro Ribeiro (PP) antecipa saída de Naves do Progressistas

Agora é oficial: Leandro Ribeiro (PP) é pré-candidato do PP à Prefeitura de Anápolis. O anúncio foi feito em reunião no gabinete do deputado federal José Nelto, com a participação do presidente estadual da legenda, Alexandre Baldy. Ribeiro é vereador licenciado e hoje ocupa a subsecretaria estadual de Indústria e Comércio, liderada por Joel Santana Filho, irmão de Baldy, que também foi fiador do anúncio. A novidade, no entanto, não é a única da agenda política anapolina. Isto porque, com a divulga-

ção, o prefeito Roberto Naves anunciou ao PP sua desfiliação e a busca por uma nova legenda. A saída de Naves já era dada como possível (ou certa, para alguns) e seria apenas uma questão de tempo para se formalizar. O gesto político dos pepistas em formar uma frente de lideranças ungindo Leandrino pode ter sido apenas a gota d'água. Antes deste anúncio oficial, Naves – um aliado de longa data de Leandro Ribeiro – já o citava como um dos pré-candidatos ao lado de outros nomes da base do prefeito.



Histórico

As movimentações do PP Nacional em buscar alinhamento com o Governo Lula já haviam deixado Roberto Naves incomodado dada a sua proximidade com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Naves chegou a declarar que mesmo com a nomeação de pepistas no governo federal, seguiria seu plano de alinhar-se na cidade com um projeto bolsonarista.

Sem pressa

Ainda não se sabe qual seria o caminho partidário de Naves que antecipou ao Jornal Opção que só tomará uma decisão após conversa com o governador Ronaldo Caiado (União), considerado por Naves como seu líder político. Mas garante que sua escolha será por um partido de Direita.

Caminhos

Oficializado como candidato, Leandro Ribeiro (PP) terá pela frente agora uma nova agenda para buscar aglutinar forças em torno de sua pré-candidatura e poderá, num futuro próximo, até mesmo enfrentar o candidato de Roberto Naves, seu padrinho político.

Minirreforma 1

Os especialistas analisam a minirreforma eleitoral, aprovada esta semana no Congresso Nacional, como algo que fragiliza o poder de fiscalização e controle da Justiça Eleitoral sobre os gastos de dinheiro público pelos partidos políticos. E flexibiliza as regras sobre a diversidade de candidaturas de mulheres e negros.

Minirreforma 2

Outro ponto que afrouxa a legislação eleitoral,

para muitos considerada 'escandalosa', é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 9, conhecida pela PEC da Anistia. A proposta perdoa as multas de partidos que cometeram irregularidades de vários tipos nas últimas eleições.

Jornalismo e a verdade

A Alego concedeu, numa iniciativa do deputado estadual Fred Rodrigues (DC), certificado de Mérito Legislativo a mais de 150 jornalistas, na noite de 14 de setembro. Em seu discurso, o parlamentar disse que há profissionais do jornalismo que fazem seu trabalho corretamente, que não tinha a intenção de “dar sermão a ninguém” e aproveitou para manifestar sua visão sobre a prática do jornalismo na atualidade. Disse que “não é segredo para ninguém que há um certo descontentamento com a imprensa”. Falou de uma “mudança de consumo da informação” e a preocupação com a “informação falsa”. Por fim, falou que “o jornalismo tem que ser levado a sério e, para ser levado a sério, tem que ser refém incondicional da verdade”.



DM Anápolis

O Diário do Município

Preço das assinaturas
R\$ 49,90 mensal
R\$ 598,80 anual

Vendas Avulsas
Goiás, Tocantins, Distrito Federal e Mato Grosso
Dias Úteis R\$ 2,50 Domingo R\$ 3,50

DIRETOR GERAL
Rodrigo Tizziani

EDITOR-CHEFE
Orisvaldo Pires

EDITOR ONLINE
Rafael Tornazeti

REPORTAGEM
Marcos Vieira
Emilly Viana
Lucas Tavares
Aglyns Nadielle
Lucivan Machado

DESIGN
Samuel Sousa
Ederson Lucas

DIAGRAMAÇÃO
Flávio Mobaroli

EMPRESA EDITORA
T10 Mídia e Comunicação Ltda
Endereço: Rua das Américas, Qd.12, Lt. 01
Jardim Bandeirantes, Anápolis – GO

Deptº Comercial / Redação
(62) 3706-9010

www.dmanapolis.com.br

2024

Após flerte do PSB, PP abona o nome de Leandro Ribeiro

Presidente estadual da sigla e secretário estadual endossam eventual candidatura do vereador licenciado à Prefeitura

RAFAEL TOMAZETI

Uma reunião na manhã desta segunda-feira (18), no gabinete do deputado federal José Nelto, endossou o nome de Leandro Ribeiro como potencial candidato a prefeito de Anápolis no próximo ano. No encontro, estiveram o presidente estadual do PP, Alexandre Baldy, e o secretário de Indústria e Comércio, Joel Sant'Anna Braga.

Ao DM Anápolis, o vereador licenciado esclareceu que não foi definido que ele será, de fato, o candidato pepista em 2024, mas sim que o partido aprova seu nome, o que não impede que haja outros postulantes à indicação. "Nosso nome é um dos que estão à disposição do PP. A reunião foi pautada nesse sentido. Como os demais ainda não pleitearam interesse, o nome até agora é o nosso", disse Ribeiro.

Segundo o parlamentar licenciado, hoje subsecretário de Indústria e Comércio, até a definição da candidatura, que se dará na convenção partidária, ainda há muitos fatores a alinhar. O principal deles é obter o apoio explícito do prefeito Roberto Naves. "A gente depende ainda do apoio do prefeito Roberto Naves, maior liderança que temos. Nós temos que ver se ele hipoteca esse apoio. A decisão passa por isso", explicou o vereador licenciado.

O pepista destacou que tem anos de serviço prestado à população e, até a definição do PP,



Leandro Ribeiro teve nome endossado por Joel Sant'Anna, Alexandre Baldy e José Nelto, cúpula do PP goiano

manterá o diálogo com a sociedade e intensificará as tratativas com líderes de segmentos e partidários. "Esse é nosso sentimento, de construir a candidatura junto com os líderes. Também não dispense o apoio de companheiros da Câmara, como o vereador Domingos Paula (PV) e tantos outros", citou.

Leandro Ribeiro disse que continua a o procedimento que faz desde o início de seu mandato. "Sempre trouxe e continuo buscando trazer recursos para a cidade, trabalhando na geração

de emprego e renda. Quero escutar ainda mais o anseio da população", completou.

NOMES

Dentro do PP, Leandro Ribeiro aparece como expoente solitário. O secretário de Educação, Alex Martins, também teve seu nome ventilado, mas sem destaque. Baldy também foi cotado, mas rejeita a ideia. No grupo político da situação, porém, o subsecretário de Indústria e Comércio pode ter concorrência. A secretária de Integração

Social, Eerizania Freitas (Republicanos), é um deles, embora hoje seja mais provável que ela ocupe a vice.

Quem também soa forte é o ex-deputado Major Vitor Hugo (PL). Roberto já demonstrou apreço por ele e deu indicativos de que o apoiaria, caso o ex-parlamentar opte por lançar-se candidato em Anápolis. Leandro Ribeiro também admite que se trata de um político forte. "Major Vitor Hugo é um bom nome. Trouxe recursos para a cidade de Anápolis. Tenho res-

peito por ele", disse.

O presidente estadual do PP, Alexandre Baldy, porém, já afirmou que a sigla terá candidato próprio na eleição de 2024. No fim de agosto, o presidente da Agência Goiana de Habitação (Agehab) afirmou que o partido está se estruturando para ser primeiro ou segundo com maior número de prefeituras em Goiás e cravou: "Teremos candidato à sucessão do prefeito Roberto no nosso partido."

PSB

O vereador Jakson Charles (PSB), colega de Ribeiro na Câmara, revelou que levou à ele o convite para que se filie ao PSB, caso não tenha a indicação do PP na corrida para a Prefeitura de Anápolis no ano que vem. O líder do prefeito ressaltou que esta possibilidade se dá apenas no cenário em que a sigla à qual o subsecretário é hoje filiado não o prestigie com a candidatura ao Centro Administrativo.

"Se tiver vontade de ser prefeito de Anápolis e quiser um partido que vá dar a ele sustentação, para mim, seria uma honra tê-lo no PSB, caso ele não tenha partido. Se ele não tiver opção e quiser vir para o PSB, é bem-vindo. Depende dele", disse à Rádio Manchester. A Jakson Charles, Ribeiro agradeceu o convite e não descartou a possibilidade. "Não estamos fazendo leilão. Sabemos que ele é do PP e deve disputar as eleições pelo PP", concluiu Jakson Charles.

Empresa é substituída por abandonar obra

Organização foi notificada para assumir os trabalhos por três vezes, com prazo de tolerância final no dia 14 de setembro

AGLYS NADIELLE

A Prefeitura Municipal de Anápolis vai precisar convocar outra empresa para assumir as obras de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária no Sítio de Recreio Jardim Boa Vista e Parque Residencial das Flores, na região Norte da cidade. A necessidade se dá pelo atraso da primeira organização em iniciar o serviço.

Agora, a empresa que ficou em segunda colocação na licitação será chamada para assumir o trabalho. Em entrevista, o Secretário Municipal de Obras, Meio Ambiente e Serviços Urbanos, Wederson Lopes, explicou que se essa outra não começar as atividades dentro do prazo, ela também



Ordem de serviço foi dada no dia 14 de junho deste ano, entretanto, o trabalho não começou a ser realizado

será desclassificada.

A ordem de serviço foi dada no dia 14 de junho deste ano, entretanto, o trabalho não começou a

ser feito. Foram realizadas três notificações pela administração municipal para que a empresa desse início as obras, com prazo final de

tolerância no dia 14 de setembro.

"Pelos informações que nós temos essa empresa realmente não vai ter condições de realizar essas

obras, então nós estamos tomando todas as providências legais. O próximo passo agora é chamar a segunda colocada, caso a segunda colocada também não assuma a obra vamos fazer uma nova licitação porque ali é uma obra importante", disse.

Além de não poder voltar a execução, a empresa que assume uma obra e não dá continuidade é multada financeiramente e fica impedida de participar de outras licitações, tanto em Anápolis quanto em qualquer outro município.

A mesma situação aconteceu na construção em uma outra obra no Parque dos Pirineus, também na região Norte da cidade. Neste caso o processo licitatório já está sendo refeito.

"Aquele obra do Parque dos Pirineus nós estamos fazendo uma nova licitação, a Caixa Econômica já esteve lá, já fiscalizou, a empresa que abandonou a obra já foi punida e agora nós estamos em uma nova licitação para concluir aquela obra", afirmou.

BRUNO VELASCO



JACKSON ABRÃO ENTREVISTA VILMAR MARIANO E ROBERTO NAVES

PREFEITOS DE APARECIDA DE GOIÂNIA E ANÁPOLIS SÃO OS CONVIDADOS DESTA SEGUNDA (18)

Roberto Naves, prefeito de Anápolis, durante entrevista ao jornal O Popular, nesta segunda-feira (18): “está ficando inviável administrar os mesmos problemas, com menos recursos”

MUNICÍPIOS

Com arrecadação caindo, Roberto insiste em “autonomia financeira”

Prefeito também teceu novas críticas à reforma tributária e ressaltou crescimento econômico de Anápolis, apesar de crise

LUCAS TAVARES

Em entrevista ao jornal O Popular, na manhã desta segunda-feira (18), o prefeito de Anápolis, Roberto Naves, fez um balanço da administração que já se encaminha para a reta final. Entre os principais pontos abordados, reforçou as críticas à Reforma Tributária e fez coro ao movimento de prefeitos em prol da autonomia financeira dos municípios.

Ao lado do prefeito de Aparecida de Goiânia, Vilmar Mariano (MDB), Naves relembrou um dos estudos produzidos pelo Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB) que prevê a perda de mais de R\$ 50 milhões em arrecadação com a unificação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Servi-

ços de Qualquer Natureza (ISS).

“A reforma tributária é terrível para o estado de Goiás e se é terrível para o estado não tem como ser boa para os municípios, pode até melhorar para um, mas, grosso modo, quem acolhe os municípios é o estado. Então o governador Ronaldo Caiado está de parabéns por entrar nessa luta pensando no futuro de Goiás”, afirmou Roberto.

A perda se justifica pois, com a Reforma, haverá aumento da carga tributária para prestadores de serviços e, segundo o chefe do Executivo anapolino, a redistribuição será justa, pois municípios que produzem muito devem perder recursos, e aqueles que não produzem, mas que possuem grande população, ganham repasse maior do Governo Federal.

“Goiás não é um grande mer-

cado consumidor, mas é um grande mercado produtor do agronegócio, mas acima de tudo industrializado. Mas você só consegue trazer essas indústrias para o estado se você tiver incentivos, a partir do momento que você tem um imposto único onde o estado e os municípios perdem a capacidade de trazer investimentos e gerar mais empregos, isso se torna terrível”, ressaltou.

Na última quarta-feira (13), a Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) recebeu mais de 200 prefeitos em protesto. Entre as reivindicações estavam a recomposição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e atualização dos repasses oriundos do Governo Federal. Desde o início das movimentações, Roberto se colocou como uma das principais lideranças municipalistas.

Segundo ele, “está ficando inviável administrar os mesmos problemas, com menos recursos”. “Não estamos defendendo os prefeitos ou as prefeituras, estamos defendendo os cidadãos que dependem do funcionamento da prefeitura e precisam desses recursos para ter qualidade de vida”, continua.

Entre os principais problemas, Roberto destaca o baixo valor repassado pelo Governo Federal para as merendas, mesmo com o reajuste de 39% para os ensinos fundamental e médio e 28% para creches, escolas de tempo integral e para educação de jovens e adultos. Além disso, o gestor criticou a tabela deficitária do Sistema Único de Saúde (SUS).

“Tem prefeitos que já estão na iminência de atrasar a folha de pagamento, é preciso ter

muito cuidado. Que o Congresso tenha responsabilidade, porque se as prefeituras entrarem em colapso, quem entra em colapso é o país, porque as pessoas moram nos municípios”, ressaltou. Tudo isso, segundo ele, prejudica a capacidade de investimento dos municípios.

“Hoje, é muito raro você ter um município no Brasil que tenha capacidade de investimentos com recursos próprios. Quando nós pegamos Anápolis a nossa capacidade de investimento era zero. Hoje, se você pegar Rio Verde, Catalão, Aparecida de Goiânia, Goiânia, Anápolis, Trindade, Senador Canedo, ainda pode ter uma capacidade de investimento com recursos próprios, as demais não têm capacidade, porque não há repasse de recursos suficientes”, completou.

“Precisamos que todos os municípios cresçam”

Durante a entrevista ao O Popular, o prefeito de Anápolis Roberto Naves destacou pontos importantes de sua administração, como o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da cidade e da renda per capita, estimada em quase R\$ 40 mil pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o chefe do executivo municipal, outras lideranças questionaram sua participação na reunião de prefeitos.

“Perguntaram o que eu estava fazendo lá, já que Anápolis é muito grande e rica. Mas a gente precisa pensar a longo prazo, no macro, precisamos que todos os municípios cresçam, por-

que isso dá uma saúde para as grandes cidades”, reforçou. Segundo ele, apesar de “tudo ser política”, não tomou essa posição vislumbrando voos maiores.

A perda de arrecadação em relação ao ICMS foi grande, o que foi feito em Brasília quebrou as pernas de todo mundo, mas sim, tenho uma real preocupação com os municípios vizinhos. Se for pensar em arrecadação, em PIB, Anápolis nunca parou de crescer, assim como Aparecida. Mas a nossa previsão, de tudo aquilo que nós estamos perdendo, chega a cerca de R\$ 50 milhões.

“E não adianta a gente ter uma cidade com o PIB alto se essa riqueza não é

distribuída para a população. Nós temos tido cuidado de manter o PIB per capita em Anápolis alto, da mesma forma que hoje, se a gente for pegar o salário médio do anapolino é de dois salários mínimos e meio. São índices que a gente tem trabalhado e, nisso, estamos muito distantes dos outros municípios”, completou.

ENERGIA

Logo no início da entrevista, Roberto destacou a distribuição de energia elétrica como o principal desafio atual do município. Segundo ele, a Enel foi um fracasso e, por esse motivo, a atual responsável pelo setor, a Equatorial,

deve melhorar e investir mais em Anápolis. “Com certeza vamos conseguir passar por essa crise”, garantiu.

Outra adversidade encontrada atualmente, segundo Roberto, é a ocupação de vagas de emprego no município. “A oferta é muito grande, mas falta mão de obra. As pessoas estão trazendo ônibus do Maranhão e do Pará com funcionários, porque não tem em Anápolis”, destacou.

“Inclusive, fica o convite. Se você quer realmente crescer na profissão, ter uma oportunidade na vida, Anápolis está de braços abertos para te abraçar, te acolher, como fez comigo lá em 2000”, concluiu Roberto.



Norton Luiz
Editor de Veículos

Elétrico, esportivo chega em outubro

O Mustang Mach-E 100% elétrico vem aí. A Ford confirmou para outubro o lançamento do seu Muscle Car movido exclusivamente à eletricidade. O novo Mustang elétrico é um dos dez lançamentos programados pela marca este ano no mercado brasileiro e um dos ícones do seu programa global de eletrificação.

O esportivo chega na versão topo de linha GT Performance com a missão de ser o primeiro veículo elétrico vendido pela marca no país, ao lado da E-Transit, que já roda em um programa de testes com grandes frotistas da América do Sul, além da Maverick Hybrid, primeira picape híbrida do Brasil.

“O Mustang Mach-E não é só um veículo elétrico inovador, versátil e empolgante com emissões zero. Ele é um Mustang, um carro que incorpora o espírito de liberdade e o carisma do cupê esportivo mais

vendido do mundo”, diz Daniel Justo, presidente da Ford América do Sul.

Ao anunciar o lançamento do icônico esportivo, a Ford destaca a personalidade única do Mustang Mach-E GT Performance. “Ninguém esperava que o Mustang um dia seria elétrico. Ninguém esperava também que um dia um elétrico seria um Mustang”, acentuou o presidente da Ford América do Sul.

Sucesso de vendas nos EUA, onde foi lançado em 2021, o Mustang Mach-E é hoje vice-líder da categoria e já soma mais de 90 mil unidades vendidas. Na Europa, também foi muito bem aceito e superou o marco de 50.000 unidades em março.

Além de conquistar importantes prêmios da indústria, o veículo recebeu nota máxima de segurança do EuroNCAP e do IIHS, entidades oficiais de avaliação de segurança veicular nesses dois mercados.



SÉRIE A

Sequência de jogos sem vencer preocupa equipe do Goiás

ROSIRON RODRIGUES/GEC

MATHEUS DAVID

O Goiás quase conseguiu arrancar um empate contra o Palmeiras na última rodada. Porém, nos acréscimos do segundo tempo, Breno Lopes marcou para a equipe paulista. Com essa derrota, o Goiás chega a seu quarto jogo seguido sem vencer. O próximo jogo do Verdão é contra a equipe do Flamengo, a partida acontece nesta quarta-feira, 20, em Goiânia.

Além da derrota, o Goiás acabou perdendo Raphael Guzzo. O meio-campista foi expulso no segundo tempo da partida após disputa de bola com Raphael Veiga.

Apesar de perder Guzzo, Goiás terá o retorno de outros três atletas para o jogo contra o Flamengo. Maguinho, Lucas Halter e Guilherme Marques cumpriram suspensão na última partida e estão de volta à equipe.

Para a disputa da 23ª rodada

do Campeonato Brasileiro da Série A, o time goiano recebe a equipe do Flamengo no Estádio Hailé Pinheiro, às 19h desta quarta-feira, 20. O rubro negro disputou a final da Copa do Brasil no último domingo, 17, e perdeu para o time do São Paulo por 1x0.

Neste momento o Goiás é o 16º colocado da tabela, com 25 pontos. O time goiano é a primeira equipe fora da zona de rebaixamento.



Lucas Halter, que cumpriu suspensão automática contra Palmeiras, volta ao time para enfrentar Flamengo

SÉRIE B

Vila Nova viaja até Maranhão para enfrentar o Sampaio Corrêa

MATHEUS DAVID

Devido ao empate no último jogo, Vila Nova perde a oportunidade de entrar no G4. O Tigrão recebeu a Ponte Preta na sexta, 15, em confronto válido pela 28ª rodada do Campe-

onato Brasileiro da Série B. O time goiano abriu o placar aos 32 minutos do primeiro tempo com Juan Christian, mas logo em seguida, aos 34', Eliel empatou a partida para a Macaca.

Após o término da rodada, o time colorado se encontra

na sexta posição da tabela com 46 pontos. O próximo jogo do Tigrão acontece nesta terça-feira, 19, contra a equipe do Sampaio Corrêa (MA).

Diferentemente do Vila Nova, que empatou na última rodada, o Sampaio Corrêa

venceu a Chapecoense por um placar de 2x0. Com essa vitória, a equipe maranhense saiu da zona de rebaixamento e agora ocupa a 15ª posição da tabela com 31 pontos conquistados.

O técnico do Tigrão, Mar-

quinho Santos, terá todo o seu elenco à disposição para a partida desta terça-feira, 19. As equipes se enfrentam no Estádio Governador João Castelo, em São Luís, e o confronto é válido pela 29ª rodada da Série B.

Atlético-GO se prepara para confronto direto diante de adversário do G4

HEYTOR LUIS

O Dragão entra em campo na próxima sexta-feira, 22, e enfrenta o Criciúma no estádio Antônio Accioly. Os goianos buscam uma vitória para se aproximarem do G4, após uma

derrota fora de casa.

O clube de Campinas foi a Ribeirão Preto no último sábado, 16, e nessa ocasião enfrentou o Botafogo-SP, que não vencia há 10 jogos. Entretanto, após uma partida de poucas chances, os donos da casa ven-

ceram o confronto.

Para o próximo jogo, o Atlético Goianiense possui um histórico a seu favor, já que não perde como mandante diante do Criciúma desde 1987. O placar foi de 1x0 em um jogo válido pela segunda divisão

nacional.

No confronto do primeiro turno, o tigre venceu o dragão na 10ª rodada por 3x0, resultado que garantiu a diferença entre os clubes para quatro pontos, a mesma na tabela atual.

O Atlético Goianiense espera o fator histórico e conta com sua torcida para vencer os catarinenses e se aproximar do G4 do Campeonato Brasileiro. Os goianos estão na 8ª colocação com 44 pontos, enquanto o Criciúma está na 4ª posição com 48 pontos.



'Você nunca será velho demais para sonhar um novo sonho.' – C. S. Lewis

Café da Manhã

ULISSES AESSE

ulissesaesse6@gmail.com



Rivalidade

Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (foto) está descontente com ações do STF em 'julgar' temas nacionais e polêmicos, que deveriam ser julgados, discutidos e aprovados pelo próprio Senado, hoje um tanto que omissos em vários temas.

Sem ação

Por isso, Pacheco não deixa de ficar descontente com algumas ações-decisões do STF, como, por exemplo, a de julgar a descriminalização do porte da maconha e quer entrar de sola na discussão desses assuntos. Vamos ver se Pacheco consegue manter uma boa briga de braço com o STF. Não creio.

Tímido

A revista 'Veja' mencionou a baixa popularidade de Lula diante da última pesquisa Datafolha. Ou seja, cresce o exército contra os vacilos do atual governo na economia.

Gastança

Essa vem do jornal Folha de S. Paulo. Lula gasta mais com o cartão corporativo do que gastaram Dilma, Temer e Bolsonaro. Para a infelicidade geral da Nação.

Quem explica?!

A morte estúpida de uma criança de três anos pela PRF mancha a reputação da corporação. Há tempo, desde o governo de Bolsonaro, a PRF vem aparecendo em manchetes negativas.

Criticou

O próprio presidente Lula criticou a morte de Heloísa. A frase no rodapé dessa coluna partiu do próprio Lula.

Questão de vida

Em Goiânia, maternidades não podem fazer partos porque estão sem receber. É o que dizem elas. Bem se é isso, é preciso resolver a questão.

Uma importante celebração aos que ajudam salvar vidas

A Central de Transplantes da Sescrataria Estadual de Saúde de Goiás e o deputado Wilde Cambão promovem mais do que justamente uma sessão solene de homenagem aos profissionais que atuam nos processos de doação e transplante de órgãos e tecidos em Goiás. Será nesta terça-feira, às 9h, no Plenário Iris Rezende, da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego). Serão entregues certificados de reconhecimento a 100 representantes de hospitais, empresas, laboratórios e parceiros que têm desempenhado um papel fundamental na promoção da doação de órgãos em Goiás. A doação de órgãos é um ato de amor e as famílias precisam falar sobre o assunto. Só assim a lista de pessoas que aguardam por um transplante vai diminuir. Aliás, homenagem mais que merecida àqueles que estão diretamente envolvidos em salvar vidas, faça chuva ou faça sol.



Especialização em tratamento de canal

A partir do dia 20 de setembro, começa a 12ª turma de especialização em Endodontia (tratamento de canal) do Instituto Kenedy de Pós-graduação. As aulas serão ministradas pela equipe EndoPráxis, que é coordenada pela odontóloga especialista em Endodontia Microscópica, Márcia Luz, desde 2009. O grupo de professores propõe uma metodologia inovadora que questiona o processo de aprendizado e busca transformar o ensino da especialidade por meio da filosofia de colocar em ação todo o conhecimento adquirido, com bases científicas.

Encontro das universidades internacionais

O Colégio Agostiniano promove amanhã um encontro com representantes de 29 universidades internacionais de países como Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Alemanha, Itália, Suíça e Espanha. O evento ocorre das 16h às 20h, no auditório da instituição de ensino. A ação é voltada à comunidade interessada em estudar em outro país, principalmente alunos do Ensino Médio com o intuito de se graduarem em uma universidade estrangeira. De acordo com o relatório Diversify with Data: Insights for Higher Ed Institutions, baseado em números da UNESCO, apenas 14 países (dentre eles, o Brasil, na sua décima posição) representam metade de todas as matrículas de estudantes internacionais.

- Se o brasileiro acha que está quente, não há nada que não possa piorar. A previsão da meteorologia é que o clima pode chegar até a 40 graus. E outra, ainda nesse final do inverno. Em Goiânia, ontem, a maioria das pessoas estava andando *com a língua de fora*. Motivo: *calor de rachar mamona*, como se diz por aí.
- O Hemolabor, referência em tratamento oncológico no Centro-Oeste, promove até o dia 22, a Semana da Segurança do Paciente 2023. A ação é alusiva ao 'Dia Mundial da Segurança do Paciente', uma iniciativa da OMS.
- Um novo vírus, o Nipah, anda assustando a Índia e deixando o resto do mundo de prontidão. Pior que a Covid?!! O problema do Nipah é o seu alto poder de letalidade.
- É o que faltava no Brasil. Enem da nota em concursos públicos. Anote aí! A proposta parte justamente do governo federal e favorece alguns e prejudica muitos.
- Em Aparecida de Goiânia, o consumidor tem sido penalizado. Por lá, o litro de etanol é bem mais caro, às vezes, mais de R\$ 0,50 do que o preço vendido em Goiânia. Exploração?!!
- *'E eu farei o que vocês pedirem em meu nome, para que o Pai seja glorificado no Filho. O que vocês pedirem em meu nome, eu farei.'* - João 14:13-14



ELEIÇÕES 2024

Mabel sinaliza apoio à reeleição de Vilmar em Aparecida de Goiânia



Vilmar Mariano e Sandro Mabel: união em prol de Aparecida de Goiânia

REDAÇÃO

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Sandro Mabel, sinalizou apoio ao projeto de reeleição do prefeito de Aparecida de Goiânia, Vilmar Mariano (MDB).

A declaração do empresário ocorreu na manhã desta segunda-feira, 18, durante evento de inauguração do Centro de Treinamento em Saúde e Segurança do Trabalho, no SESI Aparecida. Essa é a primeira das sete unidades que serão instaladas pelo programa Fieg + Investimento.

"Ele [Vilmar] já pediu votos para mim e eu já pedi votos para ele. Há muitos anos a gente anda juntos. E agora pedir outros votos pra você", declarou Sandro Mabel durante discurso. Ainda sobre Vilmar, o empresá-

rio declarou: "Nosso parceiro de tantas ações desde quando era vereador".

Ainda durante o discurso, Mabel lembrou de quando começou sua carreira na cidade. "Aparecida de Goiânia é minha terra, é uma cidade que eu tenho um carinho muito grande. Eu nasci aqui profissionalmente. Aqui me criei, me fiz e tenho amigos de muitos anos", afirmou.

Vilmar Mariano, na oportunidade, lembrou da época que ajudou Sandro Mabel para deputado federal e disse que o presidente da Fieg é um conselheiro político de primeira hora. "O Sandro quando foi candidato pela primeira vez eu estava sonhando em ser vereador. Ajudei ele naquela oportunidade e em todos os pleitos eu estava junto", afirmou o prefeito.

Morre Eval Soares, engenheiro e ex-candidato a governador



Eval Soares: serviços prestados à engenharia civil

REDAÇÃO

O engenheiro civil Eval Soares dos Santos, 86 anos, faleceu, sábado, 16, em Goiânia. Ele foi fundador e presidente do Clube de Engenharia de Goiás (CENG), Eval Soares dos Santos. Concorreu ao Governo de Goiás, em 1986, pelo Partido Humanista (PH). Era aposentado como servidor do antigo Dergo e natural de Patos de Minas, MG e se formou pela UFMG.

Eval Soares deixa viúva e 4 filhos, entre eles a jornalista Luciana Martins e Rodrigo Silva Santos, servidor da Assembleia Legislativa, que foi o secretário de Obras e engenheiro civil

responsável pela conclusão do novo prédio da Alego. O corpo foi cremado, conforme pedido deixado com a família.

O CENG emitiu uma nota de pesar neste domingo desejando "profundos sentimentos a toda a sua família e aos associados do CENG que tiveram o privilégio de conviver com o Eval". "Você sempre será lembrado por todos nós!", finaliza o presidente do Clube, Dolzonan da Cunha Mattos.

Pelas redes sociais, amigos e parentes lamentaram a morte de Soares: "excelente e valioso profissional, pioneiro, que dedicou sua vida à Engenharia em Goiás", diz Walimir, um colega de profissão.

MORREU HOJE A PEQUENA HELOISA DOS SANTOS SILVA, DE 3 ANOS, ATINGIDA POR TIROS DE QUEM DEVERIA CUIDAR DA SEGURANÇA DA POPULAÇÃO. ALGO QUE NÃO PODE ACONTECER. A DOR DE PERDER UMA FILHA É TÃO GRANDE QUE NÃO TEM NOME PARA ESSA PERDA. NÃO HÁ O QUE CONSOLAR. MEUS SENTIMENTOS E SOLIDARIEDADE AOS PAIS E DE MAIS FAMILIARES, PRESIDENTE LULA, SOBRE A MORTE DE UMA CRIANÇA, MORTA EM UMA OPERAÇÃO DA PRF

HAROLDO NAVES

“Finanças estão estranguladas, prefeitos precisam de apoio”

Prefeito de Campos Verdes e presidente da Federação Goiana de Municípios (FGM) afirma que o custeio da máquina administrativa aumentou em 15%, com majoração de salários dos servidores acima da inflação; ele diz que as prefeituras precisam de socorro financeiro da União e do Estado para fechar as contas em dezembro

REDAÇÃO

O prefeito de Campos Verdes e presidente da Federação Goiana de Municípios (FGM), Haroldo Naves (MDB) é taxativo: os municípios do Brasil passam por uma grave crise financeira e precisam de apoio. De acordo com o gestor, dados compilados pelo sistema do Tesouro Nacional, apontam que 7% dos municípios brasileiros fecharam o primeiro semestre com déficit. Entretanto, no mesmo período deste ano, o número saltou para 51%. Trazendo para a perspectiva estadual, esse percentual em Goiás é de 65%.

Em entrevista ao jornalista Vinícius Martins, do portal Diário de Goiás, Haroldo fez duras críticas às questões que, em sua visão, prejudicam as finanças dos municípios. “Em Goiás, além da crise financeira nacional, ainda tem uma questão do ICMS ecológico, que alguns municípios ganharam na justiça, e a Secretaria da Economia e a PGE [Procuradoria-Geral do Estado] estão sequestrando o dinheiro dos municípios na boca da caixa, estrangulando ainda mais as finanças municipais”, declarou.

Vale pontuar que o ICMS ecológico possibilita que municípios tenham acesso a parcelas maiores do imposto que àquelas as quais já têm direito, por meio do atendimento de critérios ambientais e de conservação do meio ambiente.

A insatisfação expressada pelos prefeitos resultou na paralisação estadual, que ocorreu, semana passada, na Assembleia

“Quem está custeando a maioria dos programas federais, são os municípios, e não tem condições mais. O caixa, nesse momento, está vazio e não está tendo condições de custear nem as despesas nossas”



Ronaldo Caiado e Daniel Vilela: força da base aliada no interior do estado

Legislativa de Goiás (Alego). A manifestação, intitulada “Dia Estadual de Protestos pela Autonomia Financeira dos Municípios”, objetivou solicitar auxílio emergencial para essas cidades, entre outras pautas. O movimento também será estendido para Brasília, em um ato marcado para os dias 3 e 4 de outubro, ocasião em que as demandas serão apresentadas a representantes dos três poderes.

Trechos da entrevista ao portal Diário de Goiás:

Fala-se em queda de repasse para os municípios. O que tem ocasionado essas quedas de repasses?

- No caso do ICMS [Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços] foi a desoneração dos combustíveis lá atrás, no ano passado, ainda no governo Bolsonaro, que fez aquela medida que reduziu alíquota do ICMS limitando a 16%, telecomunicações... isso reduziu a receita do ICMS em mais de 30% do Estado e, nós temos 25%. Então, os municípios foram prejudicados. Ainda tem essa questão do ICMS ecológico, da demanda judicial. E a Secretaria da Economia, a PGE, sequestraram o dinheiro dos municípios na boca da caixa. Tem a questão do FPM [Fundo de Participação dos Municípios]. Quando o governo dá uma isenção maior para o imposto de renda, para agora R\$ 2,640 [mensais], a base de cálculo do FPM é o imposto de renda e IPI. Quando o governo dá isenção para alguns setores de economia como dá para IPI, imposto sobre produtos industrializados, também tira dinheiro do FPM. Por isso que houve essa queda aí, julho, agosto e setembro. Isso que derivou essa queda nessas arrecadações e aí com um aumento das despesas, há um crescimento vegetativo que o prefeito não tem culpa desse crescimento. Aí há essa estrangulação das finanças

municipais.

Na Alego, quais foram as reivindicações que os prefeitos apresentaram para pleitear o apoio dos parlamentares e do governo do Estado?

- Ao governo do Estado, reivindicamos um auxílio financeiro emergencial para saber se isso é possível. Pedimos que as emendas parlamentares de custeio da saúde possam pagar também a folha de pagamento em geral da saúde e intensificar algumas parcerias que o Governo já tem [que] talvez possam ser ampliadas para os municípios, como a questão da Patrulha Rural que ajuda muitos municípios. Talvez, se houvesse a contratação de mais algumas unidades, ajudaria muito os municípios. A nível de Estado, essas questões. Até porque o governo do Estado não tem nada atrasado, então há uma parceria em andamento. Nós queremos esse socorro nesse momento.

E em relação à área federal?

- Já para Brasília, nós queremos que o Senado vote aquilo foi votado na Câmara, que é a redução das alíquotas do INSS, que eram de 20%, estar reduzindo a uma escala que varia de 8% a 18%. Isso dá uma aliviada nos cofres municipais. Vamos pedir 1,5% a mais no FPM para o mês de março, e votação do Congresso Nacional, que é PEC e é obrigatório pagar. Queremos um socorro emergencial do governo federal nesse momento, para ver se fecha as contas esse ano. E o governo federal pagar o que nos deve da assistência social, de outros programas. Reajustar os programas federais, que muitos estão sem reajuste há 20 anos. Então, essas são as principais lutas de mais de 100 projetos que estão lá, que são importantes para os municípios, que vamos defender. Logicamente vai ter uma pauta prioritária, porque não adianta pautar 100

itens que não vão ser pautados.

Com representantes dos três poderes, no caso?

- Os três poderes. Nós queremos conversar com o Senado, o Congresso Nacional, o Governo Federal, a Justiça, o Supremo [Tribunal Federal], STJ [Superior Tribunal de Justiça]. Queremos conversar com o TCU [Tribunal de Contas da União], CGU [Controladoria-Geral da União], para que não haja um atraso nas contas que o governo federal nos deve. Por exemplo, encontro de contas com o INSS. O governo federal cobra o que os municípios devem para ele, é descontado na boca da caixa. Agora, o que o governo federal nos deve, nunca pagou. A gente já passou vários governos, todos eles fazem compromisso e não cumprem. Só do Sistema Único de Assistência Social do governo federal [SUAS], de 2014 a 2022, são R\$ 348 milhões que devem para Goiás. A nível de Brasil, são R\$ 7 bilhões e 200 milhões. Então nós queremos esse encontro de contas, que o governo federal pague o que nos deve, reajuste os programas federais que estão defasados. Há um subfinanciamento. Quem está custeando a maioria dos programas federais, são os municípios, e não tem condições mais. O caixa, nesse momento, está vazio e não está tendo condições de custear nem as despesas nossas, ainda mais custear as despesas, que são de obrigação do governo federal. Tem programas criados através de portaria, não de legislação na Câmara do Deputados, que tinha obrigatoriedade de ter o reajuste anual pelo menos da inflação, o que não vem ocorrendo há vários anos.

O aumento do salário mínimo do trabalhador pesou nas contas das prefeituras?

- Pesa o salário mínimo acima da inflação. Há um crescimento

“Até porque o governo do Estado não tem nada atrasado, então há uma parceria em andamento. Nós queremos esse socorro nesse momento”

vegetativo da folha de pagamento, mesmo se o prefeito não dá nem um centavo de aumento na forma de pagamento. O crescimento é da despesa pelos pisos salariais dados a várias categorias de servidores e a pressão nos municípios só aumenta. Vários prefeitos concederam reajustes e, hoje, estão tendo dificuldades de honrar esses compromissos firmados”, argumentou.

O que o senhor diz sobre o subfinanciamento dos programas federais?

- Outro problema apontado pelo gestor é o subfinanciamento dos programas federais. O governo federal cria programas através de portarias e não reajusta. Por exemplo, o PSE, Programa de Saúde da Família, criado em 2001. Eu era prefeito à época, [foi] criado através de portaria. O governo federal paga R\$ 7.135 para um município de até 20 mil habitantes para pagar um médico, um enfermeiro com curso superior, um técnico de enfermagem, auxiliar de enfermagem e auxiliar administrativo. E um município, acima de 20 mil habitantes, R\$ 10.350. Só um médico custa mais de R\$ 30 mil para o município. Cria os programas do Cras [Centro de Referência de Assistência Social], do Creas [Centro de Referência Especializado de Assistência Social], que custeiam menos de 20% do custo do Cras, do Creas, do serviço de fortalecimento de vínculo”, afirmou.

E como está a situação da educação, do transporte escolar...

- Houve um reajuste de 16% do transporte escolar, que é importante pra gente. O governo federal paga R\$ 114 para o transporte escolar por aluno. Agora vai para R\$ 130. Mas nós gastamos R\$ 1.600 por aluno. Merenda escolar teve reajuste também, no começo do ano. Porém, esse reajuste é muito insuficiente, 39 centavos, 47 centavos, 49 centavos, dependendo da faixa etária e do nível de educação da criança, na educação infantil, primeira fase, segunda fase, quando nós gastamos em torno de R\$ 4 para fazer merenda. Com R\$ 1 é um pão. E a criança não pode comer um pão seco, tem que ter lá a manteiga, o salame, alguma coisa, tem que ter o suco. Então, nós também bancamos a merenda escolar. Nós estamos querendo pedir um apoio financeiro.

EDUCAÇÃO

Aplicativo torna aprendizado contínuo para alunos do Ensino Médio

App desenvolvido pelo Governo de Goiás utiliza linguagem gamificada e proporciona ambiente de aprendizado com interação e tecnologia

REDAÇÃO

O Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Educação, desenvolveu o aplicativo GoEdu. Criada para todos os alunos do Ensino Médio da rede pública estadual de educação, a plataforma visa proporcionar ambiente de aprendizado contínuo.

A nova ferramenta digital e pedagógica possui conteúdos

de Língua Portuguesa, com videoaulas, questionários com perguntas e respostas, além de ranking com pontuação em formato de game. O acesso pode ser feito pelo aparelho celular ou pelo computador, no site www.goedu.site.

De acordo com a diretora de Políticas Educacionais da Seduc/GO, Patrícia Coutinho, os estudos realizados na plataforma digital vão complementar o ensino presencial que é feito em sala de aula. “Ao incorporar elementos de gamificação e interatividade no aplicativo, nós queremos transformar o tempo on-line dos alunos em oportunidades enriquecedoras de aprendizado”, destaca Patrícia.

O estudante da 2ª série do Ensino Médio do Colégio Es-

tadual Jardim Vila Boa, de Goiânia, Dermival Barbosa, que pretende cursar Engenharia de Software, conta que a plataforma deve intensificar seus estudos. “Este ano vou realizar o Enem e, agora, vou aproveitar o GoEdu, junto com o portal NetEscola, para estudar e conseguir ingressar na universidade”, afirma Dermival.

Para a professora de Língua Portuguesa Valéria Tavares, além de contribuir com os alunos, o novo recurso irá estimular o envolvimento dos professores. “Acredito que a utilização do app será positiva para nós, assim como o NetEscola foi e, eu, como professora de Português, espero receber um reforço na escrita dos estudantes”, avalia Valéria.



Alunos do Ensino Médio da rede pública estadual de educação têm acesso ao aplicativo GoEdu

Inscrições do Aluguel Social estão abertas para 18 municípios

Edital contempla Alexânia, Pontalina, Acreúna, Abadiânia, Paraúna, Caçu, Uruana, Goianópolis, Piranhas, Campos Belos, Ouvidor, Serranópolis, Mozarlândia, Itauçu, Itapuranga, Americano do Brasil, Mara Rosa e Santo Antônio de Goiás

REDAÇÃO

O Governo de Goiás, por meio da Agência Goiana de Habitação (Agehab), abre inscrições do programa Pra Ter Onde Morar - Aluguel Social para moradores de Alexânia,

Pontalina, Acreúna, Abadiânia, Paraúna, Caçu, Uruana, Goianópolis, Piranhas, Campos Belos, Ouvidor, Serranópolis, Mozarlândia, Itauçu, Itapuranga, Americano do Brasil, Mara Rosa e Santo Antônio de Goiás.

As inscrições iniciam nesta terça-feira (19/09), após publicação do edital no site da Agehab (www.agehab.go.gov.br). O presidente da Agência, Alexandre Baldy, destaca que houve algumas mudanças, como edital único para as 18 cidades. “Mas os requisitos continuam os mesmos. A família que mora de aluguel deve ter CadÚnico atualizado, morar há pelo menos três anos no município e não possuir imóvel próprio. Além desses três itens, ela precisa atender a pelo menos um dos requisitos específicos”,

ressalta.

O recurso mensal de R\$ 350 é concedido por 18 meses. Após convocação, os inscritos devem comprovar atendimento aos requisitos do programa.

Requisitos

São requisitos específicos para receber o Aluguel Social superendividamento, moradia improvisada, nome negativado no SPC/Serasa, vítima de violência doméstica, idoso, deficiente, família só com pai ou só com mãe, ter se inscrito para imóvel de programa habitacional no Estado e não ter sido contemplado (tem que estar no sistema da Agehab), cadastro em programas sociais do Estado de Goiás, bolsista do Probem ou estudante da UEG.



Alexandre Baldy, presidente da Agehab, explica que existe um edital único para as 18 cidades goianas que estão com inscrições abertas

Emater tem inscrições abertas para 63 vagas temporárias

Concurso promovido pelo Governo de Goiás tem processo seletivo simplificado, com inscrições até o dia 10 de outubro. Remuneração é de R\$ 2,5 mil, acrescida de vale-alimentação de R\$ 500. Cargo é para técnico

REDAÇÃO

Estão abertas as inscrições para o processo seletivo que visa preencher 63 vagas temporárias na Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (Emater). Os cargos são para Técnico Agrí-

cola, com salário inicial de R\$ 2,5 mil, além de vale-alimentação no valor de R\$ 500.

As inscrições deverão ser realizadas no Portal de Seleção (<http://selecao.go.gov.br>), até o dia 10 de outubro, com pagamento de taxa de R\$ 15. O processo seletivo será simplificado, dividido

em duas etapas: análise curricular e entrevista, ambas de caráter classificatório e eliminatório.

As vagas estão divididas em diversos municípios do estado. Os profissionais selecionados serão lotados na cidade em que se inscreverem, com jornada de traba-

lho de 40 horas semanais. O contrato terá duração de três anos, havendo possibilidade de prorrogação para até cinco anos.

Para informações detalhadas sobre o processo, os interessados devem consultar o Edital 007/2023, disponível no Portal de Seleção.

Governo oferece 4 mil vagas de emprego

REDAÇÃO

Nesta terça e quarta-feira (19 e 20/09), das 9h às 18h, no Mega Moda Park, em Goiânia, será realizada a 12ª edição do ABRH na Praça, um dos maiores eventos

de empregabilidade do estado. Promovido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos seccional Goiás (ABRH-GO), com a participação do Governo de Goiás, por meio da Secretaria da Retomada e Goiás Social, promo-

verá o encontro de empregadores com candidatos a vagas de emprego.

Serão ofertadas 4 mil vagas pelo Programa Mais Empregos em áreas como agronegócio, tecnologia, saúde, segurança, ju-

rídica, contábil, administrativa e outras. Outras 1 mil vagas serão disponibilizadas por empresas parceiras.

A expectativa dos organizadores é receber uma média de 8 mil pessoas por dia, que também

poderão se inscrever para os cursos gratuitos de qualificação profissional, capacitação ou técnicos de nível médio, ministrados pelos Colégios Tecnológicos (Cotecs) em parceria com a Universidade Federal de Goiás.



Fio Direto

Gercyley Batista

gercyley@gmail.com

Olhar no horizonte

Com Jair Bolsonaro inelegível, o governador Ronaldo Caiado (UB) já percebeu que o potencial de sua candidatura à Presidência da República está ganhando novo corpo entre grupos de direita.

Aproximação

Grupos de lideranças aliadas de Vanderlan Cardoso (PSD) estão em busca de representantes palacianos para articular projetos com vistas a eleição de 2024.

Eles também

Mesma estratégia de buscar aproximação (leia-se apoio político), com Caiado, é o objetivo de alguns interlocutores do Paço Municipal, que estão entusiasmados com a reeleição de Rogério Cruz.

Faz sentido

A corrida pelo apoio de Ronaldo Caiado tem como principal motivo as últimas pesquisas de opinião realizadas desde o mês de março deste ano, onde o governador ostenta 70% de aprovação na Capital.

Cabo eleitoral

Caiado vence com facilidade o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e o atual presidente, Lula da Silva (PT) no quesito popularidade e aprovação de governo.

Caiu um pouco

Após alguns dias de oscilação positiva em sua popularidade, o presidente Lula viu seus números decaírem na última quinzena, mesmo fato ocorreu com Jair Bolsonaro.

Despolarização?

Lula e Bolsonaro tiveram quedas de popularidade nos últimos quinze dias, mas, segundo especialistas, longe de representar uma despolarização da política nacional.

Recuperação

O Palácio do Planalto deve intensificar a comunicação de governo a partir de janeiro, quando reforçará a divulgação das ações da atual gestão Lulista (principalmente, na mídia convencional).

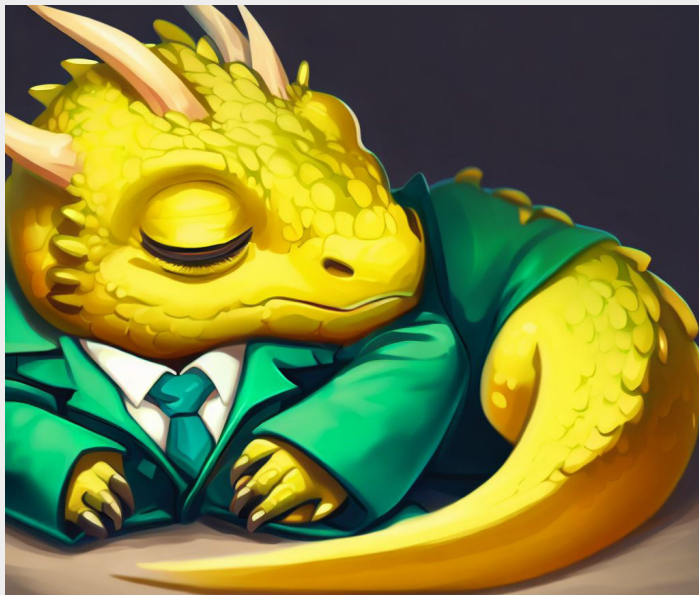
Terreno da direita

Estrategistas de Brasília já constatarem que a comunicação do governo petista não avança terreno no ambiente digital, ainda dominado por conservadores.

Qual linguagem?

O maior desafio do governo do PT em adquirir a relevância que a direita tem no mundo digital está na linguagem: a direita possui maior versatilidade em escalar discussões, enquanto progressistas pisam em ovos.

O extremismo não cochila



Existe uma falsa impressão que o radicalismo político entrou em fase de arrefecimento. Embora exista um clima menos agressivo no meio político, com discursos mais republicanos, os ideais extremistas que germinaram no seio da comunidade brasileira se mantêm inalterados. Com a derrota de Jair Bolsonaro (PL) e os desdobramentos legais dos atos golpistas do 8 de janeiro, houve, sim, um recuo estratégico dos grupos de extrema-direita, e não o fim de um ambiente ultraradical. O medo de sofrer ações legais por discursos de ódio não significa uma retomada da sanidade política. Fora da internet, as pautas agressivas à democracia; as teorias conspiratórias; o negacionismo científico; a xenofobia contra compatriotas de outras regiões; e o culto à violência institucional, são discutidos livremente e defendidos, apaixonadamente, por brasileiros capturados por retóricas que estão se alastrando pelo mundo, como os Estados Unidos, América do Sul e Europa. A intolerância política, certamente, nos fará companhia em 2024 e, principalmente, em 2026. As próximas eleições presidenciais serão tão desgastantes quanto a de 2022, com surgimento de novos personagens (muitos deles, oportunistas) esbravejando contra a democracia, pregando violência contra autoridades, exibindo moralismos de fachada e disseminando mentiras potencialmente perigosas para a sociedade. O extremismo não cochila, ele se amoita, fica a espreita pela melhor oportunidade, sempre atento a qualquer brecha ou descuido dos brasileiros que lutam por uma sociedade ordeira e pacífica.

Prefeito Rogério Cruz pode anunciar mudanças hoje

Esperado para hoje, terça (19), o anúncio de mudanças na equipe de auxiliares do prefeito Rogério Cruz (Republicanos) em, pelo menos, duas pastas. Durante toda semana passada, Cruz articulou o melhor caminho para promover a sua reforma administrativa (plena), adiada desde o dia 1º de setembro. Enquanto isso, a Câmara Municipal aguarda ansiosa as possíveis alterações, que podem produzir ecos a partir de amanhã, durante os trabalhos legislativos.

Goiânia terá uma campanha menos digital no próximo ano

Em 2020, a campanha para prefeitura de Goiânia teve intenso embate no ambiente digital, principalmente por conta da pandemia de covid 19. O maior prejudicado foi Vanderlan Cardoso (PSD) que, por três vezes, se viu emparedado nas redes sociais, sem espaço para reverter, a tempo, desgastes no corpo-a-corpo. Porém, com o retorno da campanha olho-no-olho, os políticos mais tradicionais, que gostam do contato físico com os eleitores, retomam um ambiente mais tradicional de disputa eleitoral.

GUERRA NA UCRÂNIA

Lula vai encontrar Zelenski durante Assembleia da ONU



Lula da Silva



Volodimir Zelenski

AGÊNCIA ESTADO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai se encontrar com o presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski, na quarta-feira, 20, em Nova York. A reunião vai ocorrer por volta das 16h (horário de Brasília) no hotel do petista.

O encontro acontece quatro meses após o polêmico desencontro entre os dois líderes às margens da cúpula do G-7, em Hiroshima, e depois de Lula dizer repetidas vezes que a Ucrânia também tinha responsabilidade na invasão da Rússia, e defender que os ucranianos deveriam abrir mão de território ocupado por Vladimir Putin para chegar a um acordo que colocassem fim à guerra.

Lula e Zelenski estão em Nova York, nos Estados Unidos, por ocasião da abertura da Assembleia-Geral da ONU. O

governo brasileiro havia oferecido duas opções de data para o ucraniano, que nesta segunda-feira, 18, confirmou sua participação.

Este será o primeiro encontro presencial entre os dois mandatários, que estiveram presentes na cúpula do G-7, em Hiroshima, no Japão, durante o mês de maio, mas não conseguiram se encontrar por conta de incompatibilidade de agendas, deixando um clima negativo entre os dois países com direito a versões distintas sobre o porquê a reunião entre os dois não havia ocorrido.

Lula afirmou que Zelenski não compareceu no horário marcado a reunião. De acordo com o petista, ele aguardou Zelenski em seu hotel, mas a equipe do ucraniano alegou que ele estava atrasado. “Simplesmente foi isso que aconteceu”, disse.

Brasileiro se coloca como mediador do conflito bélico

Desde o início de seu mandato, Lula tem feito diversas declarações sobre a guerra na Ucrânia, se colocando como um possível mediador entre Kiev e Moscou. Contudo, o presidente tem sido criticado por declarações consideradas favoráveis à Rússia.

Lula chegou a declarar em janeiro, durante a visita do chanceler alemão Olaf Scholz ao Brasil, que a Rússia estava errada em invadir a Ucrânia, mas também sinalizou para culpa do próprio país invadido. “Continuo achando que quando um não quer, dois não brigam”, afirmou. Em maio, ao participar do G-7, no entanto, Lula disse que condenava a violação da integridade territorial da Ucrânia. O presidente brasileiro já falou na formação de um clube de nações pela

paz, cessar-fogo para discutir um acordo e na necessidade de ambos presidentes em guerra, Vladimir Putin e Volodimir Zelenski, estarem dispostos a ceder exigências.

Após a repercussão das declarações de Lula, a Ucrânia chegou a convidar o presidente brasileiro para visitar Kiev.

Durante a participação de Lula na cúpula do G-20, na Índia, durante os dias 9 e 10 de setembro, o presidente brasileiro afirmou que Putin poderia viajar ao Brasil para participar da próxima cúpula do bloco, que será realizada no Rio de Janeiro em novembro do ano que vem. Contudo, Putin tem um mandato de prisão emitido pelo TPI, e o Brasil, por ser signatário do tribunal, teria a obrigação de prender o presidente russo.

Halex Istar Indústria Farmacêutica S.A.

NIRE 5230001855-2 CNPJ/MF nº 01.571.702/0001-98

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14/08/2023

Data, Hora e Local: Aos 14/08/2023, às 10h, na sede social da Halex Istar Indústria Farmacêutica S.A. ("Companhia") na Rodovia BR 153, Km 3, S/N, Conjunto Residencial Palmares, CEP 74775-027, Goiânia/GO. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em vista da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do § 4º do Art. 124 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."). **Mesa:** Presidente: Carmen Lúcia Reis Perillo de Cássia; Secretário: Zanone Alves de Carvalho. **Lavratura da Ata:** Os acionistas presentes aprovaram a lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º da Lei das S.A. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a (I) rerratificação da Ata de AGE da Companhia, realizada em 30/09/2021, às 10h, e registro 20216988055, em 21/12/2021, para confirmar a conversão, em ações ordinárias, da totalidade das ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia; e (II) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações Tomadas por Unanimidade:** Os acionistas deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas aprovar as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: (I) rerratificação da Ata de AGE da Companhia, realizada em 30/09/2021, às 10h, registrada pela JUCEG sob o nº 20216988055, em 21/12/2021, para confirmar a conversão da totalidade das 23.152.996 ações preferenciais da Companhia em ações ordinárias, na proporção de uma nova ação ordinária para cada ação preferencial antes existentes, nos termos e condições deliberados anteriormente através da AGE realizada em 21/12/2021, tendo em vista a ausência de atualização da deliberação no Estatuto Social atual. Assim, os acionistas confirmam a exclusão do § 4º do artigo 5º e a alteração do caput do art. 5º do Estatuto Social, assim vigorando a redação: *Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 156.486.931,44, dividido em 84.192.712 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. § 1º - Cada ação confere ao seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais da Companhia, cujas deliberações serão tomadas na forma deste Estatuto Social, observado o disposto no Acordo de Acionistas da Companhia arquivado na sede social (Acordo de Acionistas) e da legislação aplicável. § 2º - Todos os acionistas terão direito de preferência na subscrição de novas ações, na forma da lei, no prazo que for fixado pela Assembleia Geral que deliberar sobre a respectiva emissão de ações. § 3º - É vedada a emissão pela Companhia de partes beneficiárias. (II) A reformulação e consolidação do Estatuto Social da Companhia, já refletindo as alterações acima deliberadas, passando a vigorar com a redação constante no **Anexo I** da presente ata. Os administradores da Companhia estão autorizados a tomar todas as medidas necessárias para o cumprimento das deliberações ora aprovadas. **Encerramento, Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais havendo a tratar e na ausência de manifestação por qualquer dos presentes, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Presidente: Carmen Lúcia Reis Perillo de Cássia; Secretário: Zanone Alves de Carvalho. **Acionistas Presentes:** JMDZ Participações Ltda. por Zanone Alves de Carvalho; Carmen Lúcia Reis Perillo de Cássia; Eva Maria Perillo Cardoso; Marcelo Reis Perillo; Maria Augusta Reis Perillo, representada por Carmen Lúcia Reis Perillo de Cássia e Eva Maria Perillo Cardoso. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Goiânia/GO, 14/08/2023. **Mesa: Carmen Lúcia Reis Perillo de Cássia** - Presidente da Mesa; **Zanone Alves de Carvalho** - Secretário da Mesa. **Acionistas:** Carmen Lúcia Reis Perillo de Cássia; Eva Maria Perillo Cardoso; Marcelo Reis Perillo; Maria Augusta Reis Perillo; JMDZ Participações Ltda. - Zanone Alves de Carvalho. JUCEG nº 20232399565 em 14/09/2023. Protocolo 232399565 de 28/08/2023. Paula Nunes Lobo Veloso Rossi - Secretária Geral.*

Estatuto Social - Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1º - A Halex Istar Indústria Farmacêutica S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações regida por este Estatuto Social, pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A.") e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º -** A Companhia tem sede e foro em Goiânia/GO, na Rodovia BR 153, Km 3, s/n, Conjunto Residencial Palmares, CEP 74775-027, Goiânia/GO, com Filiais localizadas em Eusébio/CE, na Avenida Manoel Mavignier, nº 5000, Sala A, Precabura, CEP 61.774-120, CNPJ nº 01.571.702/0008-64; e em São Paulo/SP, na Rua dos Botocudos, nº 90/96, Vila Anastácio, Lapa, CEP 05093-030, CNPJ nº 01.571.702/0002-79. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, abrir e encerrar filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações em qualquer localidade do País ou do exterior. **Artigo 3º -** A Companhia tem por objeto social (I) a industrialização, própria ou para terceiros, comércio por atacado ou varejo, importação, exportação, representação por conta própria de medicamentos, produtos farmacêuticos, produtos médicos, produtos cosméticos, produtos de uso hospitalar, produtos para a saúde, soluções injetáveis, soluções parenterais de grande e pequeno volume, antibióticos, antissépticos hospitalares, desinfetantes, bactericidas, bacteriostáticos, saneantes, medicamentos sólidos, semissólidos, líquidos, produtos químicos, produtos plásticos, produtos farmacêuticos, materiais cirúrgicos, produtos farmacológicos, nutricionais, alimentação enteral, nutrição parenteral, sistemas de coleta, fracionamento, armazenamento e transfusão de sangue, produtos domissanitários e medicamentos para o uso veterinário, embalagens, produtos previstos na Portaria nº 344 de maio de 2008, editada pela ANVISA, suas alterações e atos relacionados e, ainda, cefalosporínicos, penicilâmicos, oncológicos, biológicos e carbenapênicos podendo ainda armazenar, distribuir, embalar, reembalar e comercializar, por atacado ou varejo, produtos próprios ou de terceiros acima referidos; (II) a prestação de serviços de transporte rodoviário por conta própria ou de terceiros; (III) prestação de serviços de manutenção de equipamentos hospitalares e laboratoriais de terceiros; (IV) a prestação de serviços de instalação, manutenção e conserto de medidas materializadas e instrumento de medir; (V) a exploração de atividade de guarda e conservação de mercadorias e gêneros pertencentes a terceiros; (VI) a participação no capital social de outras sociedade como quotista ou acionista; (VII) serviços combinados de escritório e apoio administrativo; e (VIII) captação, tratamento de água e distribuição de água. **Artigo 4º -** A Companhia terá prazo indeterminado de duração. **Capítulo II - Do Capital Social - Artigo 5º -** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 156.486.931,44, dividido em 84.192.712 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **§ 1º -** Cada ação confere ao seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais da Companhia, cujas deliberações serão tomadas na forma deste Estatuto Social, observado o disposto no Acordo de Acionistas da Companhia arquivado na sede social ("**Acordo de Acionistas**") e da legislação aplicável. **§ 2º -** Todos os acionistas terão direito de preferência na subscrição de novas ações, na forma da lei, no prazo que for fixado pela Assembleia Geral que deliberar sobre a respectiva emissão de ações. **§ 3º -** É vedada a emissão pela Companhia de partes beneficiárias. **Artigo 6º -** A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social em até R\$ 100.000.000,00, exclusivamente para viabilizar o exercício de bônus de subscrição emitido pela Companhia, mediante a emissão de ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, de acordo com os termos do respectivo bônus de subscrição, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração. **Capítulo III - Da Assembleia Geral de Acionistas - Artigo 7º -** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 meses seguintes ao término de cada exercício social para deliberar sobre as matérias do artigo 132 da Lei das S.A. e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **§ 1º -** As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, sendo facultado a qualquer acionista solicitar ao Presidente do Conselho de Administração ou ao Vice-Presidente do Conselho de Administração a convocação de Assembleia Geral de Acionistas para tratar de tema de interesse da Companhia, ou de outra forma conforme contemplado pela Lei das S.A. A não convocação, pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, de assembleias solicitadas por qualquer Acionista em até 5 dias consecutivos contados da data de recebimento da solicitação pertinente, permitirá a tal Acionista convocar a assembleia aplicável. As Assembleias Gerais de acionistas serão presididas pelo Presidente do Conselho ou, na ausência deste, pelo Vice-Presidente do Conselho ou, na falta destes, por outro conselheiro indicado pela maioria do capital social presente, sendo secretariadas por pessoa indicada pelo Presidente da Assembleia Geral. **§ 2º -** Sem prejuízo do cumprimento das demais formalidades legais, o Presidente ou o Vice-Presidente do Conselho de Administração convocará a Assembleia com prazo mínimo de 8 dias de antecedência em primeira convocação, e prazo mínimo de 5 dias e máximo de 15 dias em segunda convocação, por meio de comunicação escrita enviada aos acionistas, nos termos do Acordo de Acionistas. **§ 3º -** As Assembleias Gerais somente se instalarão (i) em primeira convocação, com a presença de Acionistas representando pelo menos 2/3 do capital votante; e (ii) em segunda convocação, com a presença de qualquer número de Acionistas. **§ 4º -** Independentemente das formalidades legais de convocação para Assembleias Gerais, será considerada regularmente convocada a Assembleia Geral a qual comparecerem todos os acionistas da Companhia. **Artigo 8º -** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses previstas na Lei das S.A., neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas, serão tomadas por maioria dos votos dos acionistas presentes, não se computando os votos em branco. **§ Único -** Compete à Assembleia Geral deliberar privativamente sobre as matérias abaixo listadas, as quais exigirão sempre a aprovação de pelo menos 3/4 do capital social votante, observado o disposto no Acordo de Acionistas: (i) redução de capital; (ii) emissão de títulos de dívida, debêntures ou quaisquer outros títulos pela Companhia, conversível ou não em ações; (iii) aumento de capital; (iv) admissão de novos acionistas ou sócios nas controladas da Companhia; (v) emissão de ações de qualquer classe, mudança nas características, direitos e privilégios das ações de emissão da Companhia; (vi) grupamento, desdobramento, conversão, resgate, reembolso, amortização ou recompra de ações ou de quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, ou mudanças nas condições aplicáveis a resgate, amortização ou recompra de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações; (vii) qualquer incorporação, incorporação de ações, transformação, fusão, cisão, conferência (*drop down*) de ativos e passivos envolvendo a Companhia e qualquer forma de reorganização societária; (viii) alteração do dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social, distribuição de dividendos em um valor inferior ao dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social e alteração das disposições a respeito da política de dividendos da Companhia prevista no Estatuto Social; (ix) definição da remuneração global anual do Conselho de Administração e dos membros da Diretoria da Companhia e das suas controladas; (x) dissolução, processo de reorganização judicial ou extrajudicial, atos voluntários de reorganização financeira, falência, liquidação ou extinção, bem como eleição e destituição de liquidantes, julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação; (xi) aprovação das contas anuais da Companhia apresentadas pela Diretoria da Companhia ao Conselho de Administração; (xii) alterações de qualquer disposição do Estatuto Social; (xiii) aprovação ou modificação de qualquer plano de opção de compra de ações; e (xiv) aprovação da oferta pública inicial da Companhia, de qualquer participação societária ou títulos de dívida conversíveis. **Artigo 9º -** As deliberações tomadas em Assembleia Geral serão lavradas sob a forma de ata sumária, nos termos da Lei das S.A., que vinculará todos os acionistas, presentes ou ausentes, para todos os efeitos de direito, obrigando os administradores da Companhia, que deverão seguir estritamente as deliberações tomadas em Assembleia Geral. **Capítulo IV - Da Administração - Artigo 10 -** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, com os poderes conferidos pela Lei das S.A. e de acordo com as disposições do presente Estatuto Social e do Acordo de Acionistas. **§ 1º -** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo de posse nos livros de Atas das Reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria, respectivamente. **§ 2º -** Os membros dos órgãos da administração deverão observar, no que for aplicável, as disposições do Acordo de Acionistas, e não serão computados os votos proferidos nas reuniões dos órgãos de administração em violação ao disposto no Acordo de Acionistas. **Artigo 11 -** A remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada anualmente pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a respectiva distribuição individual. **Capítulo V - Conselho de Administração - Artigo 12 -** O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 6 membros e por até o mesmo número de suplentes, acionistas ou não, residentes ou não no Brasil, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, observadas as regras específicas estabelecidas no Acordo de Acionistas. A Assembleia Geral, quando da eleição dos membros do Conselho de Administração, deverá designar o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração, observadas as regras específicas estabelecidas em Acordo de Acionistas. **§ 1º -** O mandato dos membros do Conselho de Administração será unificado de 1 ano, sendo permitida a reeleição. Os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. **§ 2º -** Em caso de renúncia ou impedimento permanente de qualquer membro do Conselho de Administração durante o prazo de gestão para o qual foi eleito, o Presidente do Conselho de Administração ou o Vice-Presidente do Conselho de Administração deverão convocar Assembleia Geral, no prazo de até 5 dias úteis contados do recebimento de notificação escrita de qualquer acionista ou administrador, para eleger seu substituto que completará o prazo de gestão em curso, observadas as regras específicas estabelecidas em Acordo de Acionistas. **Artigo 13 -** O Presidente ou o Vice-Presidente do Conselho de Administração deverá convocar as reuniões do Conselho de Administração, por iniciativa própria ou mediante solicitação por escrito de quaisquer dois membros do Conselho de Administração. A não convocação por parte do Presidente ou do Vice-Presidente do Conselho de qualquer reunião solicitada por qualquer membro do Conselho de Administração em até 5 dias consecutivos da data de recebimento da solicitação por qualquer membro do Conselho de Administração possibilita que qualquer outro membro do Conselho de Administração convoque a reunião solicitada. **§ 1º -** Para a instalação das reuniões do Conselho de Administração, deve ser observado o quórum de instalação estabelecido no Acordo de Acionistas. **§ 2º -** Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros por si ou que tenham nomeado outro membro do Conselho de Administração para votar em seu nome. **§ 3º -** As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. No caso de ausência do Presidente do Conselho de Administração, as reuniões serão presididas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração e, na ausência deste, por Conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho de Administração presentes, cabendo ao presidente da reunião indicar o secretário. **§ 4º -** No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho de Administração durante o prazo de gestão para o qual foi eleito, o Conselheiro ausente ou temporariamente impedido poderá nomear outro membro do Conselho de Administração, mediante procuração, para que este vote em seu nome nas reuniões do Conselho de Administração. **Artigo 14 -** As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas na sede da Companhia, salvo se de outra forma previamente aprovado por todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, sendo permitido aos membros do Conselho de Administração participar das reuniões por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica, desde que todos os participantes possam ser claramente identificados, caso em que a reunião será considerada realizada na local onde estiver o presidente da respectiva reunião. No caso de participação remota, referido membro do Conselho de Administração deverá até o término da reunião havida, confirmar seu voto por meio de correio eletrônico, que identifique de forma inequívoca o remetente, devendo posteriormente, dentro do prazo máximo de 10 dias úteis, assinar a correspondente ata da reunião lavrada em livro próprio. **§ Único -** Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros presentes à reunião, e posteriormente transcrita no livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração da Companhia. **Artigo 15 -** Observado o disposto no Acordo de Acionistas da Companhia, as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante o voto favorável da maioria simples dos membros presentes à respectiva reunião. O Presidente do Conselho de Administração terá o voto de minerva em caso de empate nas deliberações do órgão, exceto com relação às matérias listadas no § 1º do Artigo 16. **Artigo 16 -** Sem prejuízo das demais matérias que lhe são atribuídas por lei ou no Parágrafo Primeiro abaixo, competirá de forma exclusiva ao Conselho de Administração deliberar acerca das matérias listadas abaixo: (i) estabelecimento das diretrizes estratégicas gerais da Companhia, *ressalvado, contudo*, que a Diretoria será responsável por todas as decisões a respeito das atividades diárias da Companhia; (ii) fiscalização da gestão dos diretores da Companhia, podendo, para tanto, a qualquer tempo,

examinar os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos da Companhia; (iii) manifestação a respeito do relatório da administração e das contas da Diretoria; (iv) eleição dos diretores da Companhia, observadas as regras específicas no Acordo de Acionistas; (v) aprovação da contratação de qualquer empregado ou administrador cujo valor total de contratação, somados salários, bonificações e quaisquer benefícios, seja superior a R\$400.000,00 e inferior a R\$ 1.000.000,00 por ano (desconsiderados quaisquer encargos trabalhistas), exceto se previsto no orçamento anual da Companhia; e (vi) aprovação da contratação de qualquer prestador de serviço cujo valor total de contratação seja superior a R\$ 500.000,00 e inferior a R\$1.300.000,00 por ano, exceto se previsto no orçamento anual da Companhia. **§ 1º -** As seguintes matérias somente poderão ser aprovadas com observância ao quórum indicado no Acordo de Acionistas: (I) aprovação de distribuição de dividendos intermediários, intercalares e/ou juros sobre capital próprio pela Companhia, ad referendum da Assembleia Geral; (II) destituição de qualquer diretor da Companhia; (III) eleição de diretores ou contratação de empregados da Companhia que sejam partes relacionadas dos Acionistas; (IV) aprovação de assunção de qualquer obrigação de não concorrência que vincule a Companhia; (V) apresentação de propostas para destinação dos lucros da Companhia e para alteração do Estatuto Social, desde que não seja observado o dividendo mínimo obrigatório; (VI) aprovação de quaisquer planos de incentivo de longo prazo para funcionários da Companhia, exceto se previsto no orçamento anual da Companhia, os quais serão considerados previamente aprovados; (VII) aprovação do plano de negócios, do orçamento anual, planejamento comercial e operacional anual da Companhia, bem como as diretrizes de gestão operacional da Companhia, conforme preparados e recomendados pela Diretoria, e suas modificações relevantes; (VIII) celebração, participação e alteração de qualquer instrumento ou rescisão de qualquer operação com partes relacionadas, incluindo o contrato de locação celebrado entre a Companhia e CP3 Participações Ltda., sociedade limitada, com sede na Rua Dona Yara Azevedo Malta de Sa, nº 103, Quadra 26, Lote 05, Sala 02, Conjunto Palmares, CEP 74.775-024, Goiânia/GO, CNPJ/MF nº 23.994.088/0001-00, exceto se previsto no orçamento anual da Companhia; (IX) escolha ou substituição do auditor independente; (X) constituição de sociedade, aquisição, alienação ou oneração pela Companhia de participação no capital social de outras sociedades, associações e/ou joint ventures, bem como a criação de quaisquer parcerias, consórcios, joint ventures ou associações similares relevantes com terceiro(s), exceto se previsto no orçamento anual da Companhia; (XI) aprovação de quaisquer operações de natureza financeira, tais como empréstimos, financiamentos, linhas de crédito, emissão de instrumentos de dívida, instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam "bonds", "notes", "commercial papers", debêntures ou endividamentos de qualquer natureza, bem como eventuais modificações de tais operações que resultem em maior endividamento ou que as tornem mais onerosas para a Companhia, em qualquer caso cujos valores (a) superem a quantia equivalente a 10% do EBITDA da Companhia no exercício social imediatamente anterior (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social) ou (b) façam com que o endividamento da Companhia supere uma vez e meia o EBITDA da Companhia no exercício social imediatamente anterior; exceto se previsto no orçamento anual da Companhia; (XII) aprovação da realização de qualquer despesa pela Companhia, cujo valor supere a quantia equivalente a 1% do orçamento anual da Companhia para o exercício social em questão (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social), exceto se previsto no orçamento anual da Companhia; (XIII) outorga de garantias de qualquer natureza a terceiros, incluindo a concessão, pela Companhia, de avais, fiança ou outras garantias, exceto se previsto no orçamento anual da Companhia; (XIV) concessão de empréstimos a terceiros, exceto se previsto no orçamento anual da Companhia; (XV) realização pela Companhia de qualquer investimento em valor superior a R\$3.000.000,00 (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social), desenvolvimento de novos projetos pela Companhia em novos negócios e novas linhas de atividade e compra e venda de bens integrantes do ativo em valor superior a R\$3.000.000,00 (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social), exceto se previsto no orçamento anual da Companhia; (XVI) venda, transferência, constituição de quaisquer ônus ou outra forma de alienação ou oneração, pela Companhia, de ativos intangíveis, incluindo direitos de propriedade intelectual; (XVII) venda, transferência, constituição de quaisquer ônus ou outra forma de alienação ou oneração, pela Companhia, de ativos tangíveis em valor superior a R\$ 100.000,00 (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social), exceto se previsto no orçamento anual da Companhia; (XVIII) aprovação da contratação de qualquer empregado ou administrador cujo valor total de contratação, somados salários, bonificações e quaisquer benefícios, seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 por ano (desconsiderados quaisquer encargos trabalhistas), exceto se previsto no orçamento anual da Companhia; (XIX) aprovação da contratação de qualquer prestador de serviço cujo valor total de contratação seja superior a R\$1.300.000,00 por ano, exceto se previsto no orçamento anual da Companhia; (XX) aprovação de aumentos de capital dentro do limite do capital autorizado; (XXI) distribuição desproporcional de lucros em qualquer controlada da Companhia; (XXII) aprovação de criação e/ou extinção de comitês técnicos ou consultivos para assessorar o Conselho de Administração na administração da Companhia, bem como a aprovação e alteração dos respectivos regulamentos; (XXIII) mudança nos princípios ou políticas contábeis ou fiscais relacionadas às demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, exceto conforme exigidas pelos princípios ou regulamentos contábeis brasileiros geralmente aceitos no Brasil; e (XXIV) rescisão ou alteração do contrato de administração celebrado entre a Companhia e o diretor presidente da Companhia. **§ 2º -** Os valores previstos neste Artigo 16 serão corrigidos anualmente, no mês de fevereiro, pela variação positiva do IPCA no exercício anterior. **Capítulo VI - Diretoria - Artigo 17 -** A Diretoria será composta por até 4 diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 ano, permitida a reeleição, sendo 1 Diretor Presidente, 1 Diretor Financeiro e os outros sem designação específica ou com designação estabelecida na eleição. **§ 1º -** Os membros da Diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. **§ 2º -** Os Diretores ficarão dispensados de prestar caução. **§ 3º -** Na ausência ou impedimento permanente de qualquer dos Diretores, seu substituto será nomeado em Reunião do Conselho de Administração a ser realizada no prazo de 30 dias após o evento que der causa a tal vacância, com o objetivo de eleger o novo Diretor, que completará o prazo do mandato em curso, observadas as regras específicas estabelecidas no Acordo de Acionistas. **Artigo 18 -** Compete aos Diretores a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei, pelo presente Estatuto Social ou pelo Acordo de Acionistas, exigida a aprovação dos acionistas em Assembleia Geral ou do Conselho de Administração da Companhia. **Artigo 19 -** Observado o disposto neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas da Companhia, a Diretoria reunir-se-á sempre que assim exigirem os negócios sociais, e somente se instalará com presença da maioria dos Diretores em exercício. **§ 1º -** As reuniões de Diretoria serão convocadas por qualquer de seus membros, com antecedência mínima de 48 horas, e suas deliberações serão tomadas pela maioria de seus membros. As reuniões de Diretoria serão presididas pelo Diretor Presidente, ou, na sua ausência, pelo Diretor Financeiro ou por outro Diretor conforme deliberado pela maioria dos presentes. **§ 2º -** Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores presentes à reunião e transcrita no Livro de Registro de Atas das Reuniões da Diretoria da Companhia. **Artigo 20 -** A Companhia será representada, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros, (a) por quaisquer 2 diretores, agindo em conjunto; ou (b) por um diretor, em conjunto com 1 procurador devidamente constituído e com poderes específicos; ou (c) por 1 procurador devidamente constituído e com poderes específicos. **Artigo 21 -** As procurações serão outorgadas pela Companhia desde que representada na forma da alínea (a) acima. As procurações deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, deverão ter um período máximo de validade de 1 ano. **Artigo 22 -** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor ou procurador que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos, ou quaisquer garantias em favor de terceiros, exceto se previamente aprovados pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos do presente Estatuto Social. **Capítulo VII - Conselho Fiscal - Artigo 23 -** O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação da Assembleia Geral, nos termos da legislação aplicável. **§ 1º -** O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto nos termos da Lei das S.A. **§ 2º -** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas que instalar o Conselho Fiscal e eleger seus membros. **Capítulo VIII - Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Distribuição dos Resultados - Artigo 24 -** O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social deverá ser preparado um balanço geral, bem como as demais demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes e as disposições deste Estatuto Social. **§ Único -** As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários. **Artigo 25 -** A Companhia distribuirá anualmente 25% do lucro líquido apurado em cada ano, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das S.A. **Artigo 26 -** A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balançates em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intercalares ou intermediários, por deliberação do Conselho de Administração. **§ Único -** A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos inferiores, podendo com base neles declarar, por deliberação do Conselho de Administração, ad referendum da Assembleia Geral, dividendos intermediários e intercalares e, ainda, o crédito de juros sobre capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares, bem como os juros sobre capital próprio previstos neste artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Capítulo IX - Dissolução, Liquidação e Extinção - Artigo 27 -** Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção, nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral de Acionistas a eleição e destituição de liquidantes. **Capítulo X - Solução de Conflitos - Artigo 28 -** Os acionistas e a Companhia se comprometem a envidar seus melhores esforços para resolver amigavelmente e por mútuo acordo, no prazo de 30 dias, qualquer conflito, controvérsia ou reclamação decorrente deste Estatuto Social ou do Acordo de Acionistas ou a eles referentes, inclusive quanto a sua existência, validade, eficácia, interpretação, execução e/ou rescisão, envolvendo quaisquer dos acionistas e/ou a Companhia ("Conflito"). A qualquer tempo, caso não seja possível chegar a um acordo mútuo, o Conflito deverá ser submetido e resolvido por arbitragem, administrada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM-CCBC"), nos termos do seu Regulamento de Arbitragem ("Regulamento"). **§ 1º -** O tribunal arbitral será composto por 3 árbitros, sendo um nomeado pela(s) requerente(s), e um pela(s) requerida(s). O terceiro, que atuará como presidente, será escolhido pelos dois árbitros nomeados pelas partes da arbitragem, no prazo de 15 dias a contar do recebimento pela CAM-CCBC da aceitação do encargo pelo último árbitro. Caso qualquer das partes da arbitragem deixe de nomear um árbitro ou os árbitros nomeados pelas partes sejam incapazes de designar o terceiro árbitro, este será nomeado no período subsequente de 15 dias, de acordo com o Regulamento. **§ 2º -** Na hipótese de procedimentos arbitrais envolvendo 3 ou mais partes em que estas não possam ser reunidas em blocos de requerentes e requeridas, todas as partes da arbitragem, em conjunto, nomearão dois árbitros dentro de 15 dias a partir do recebimento pelas partes da última notificação da CAM-CCBC nesse sentido. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do tribunal arbitral, será escolhido pelos árbitros nomeados pelas partes da arbitragem dentro de 15 dias a partir da aceitação do encargo pelo último árbitro ou, caso isso não seja possível por qualquer motivo, pelo Presidente da CAM-CCBC de acordo com o Regulamento. Caso as partes não nomeiem conjuntamente os 2 árbitros, todos os membros do tribunal arbitral serão nomeados pelo Presidente do CAM-CCBC, de acordo com o Regulamento, que designará um deles para atuar como presidente. **§ 3º -** A Companhia não nomeará árbitros, mas participará da arbitragem para garantir o cumprimento das decisões do tribunal arbitral. **§ 4º -** A sede da arbitragem será em São Paulo/SP, Brasil, local onde a sentença arbitral também será emitida. O idioma oficial do procedimento de arbitragem será o português, sendo a sentença arbitral também ser processada nesse idioma, devendo ser observado, no entanto, que (i) os documentos apresentados ao tribunal arbitral podem estar no idioma original, nas versões em português ou inglês, e (ii) todos os depoimentos, pareceres, testemunhos e outras declarações verbais poderão ser fornecidos em inglês ou português. A arbitragem, bem como todos os documentos e informações nela divulgados estarão sujeitos à confidencialidade e deverão ser mantidos em sigilo. **§ 5º -** Antes da constituição do tribunal arbitral, os acionistas e/ou a Companhia poderão pleitear medidas cautelares e de urgência ao Poder Judiciário. Após a sua constituição, todas as medidas cautelares e/ou de urgência deverão ser pleiteadas diretamente ao tribunal arbitral, podendo este manter, revogar ou modificar tais medidas anteriormente concedidas pelo Poder Judiciário. **§ 6º -** Pedidos de tutela de urgência e ações de cumprimento de sentença arbitral, quando aplicáveis, poderão ser pleiteados, à escolha do interessado, (i) na comarca onde estejam o domicílio ou os bens de qualquer das partes; ou (ii) na comarca de São Paulo/SP. Para quaisquer outras medidas judiciais permitidas pela Lei 9.307/96, fica desde já eleita exclusivamente a comarca de São Paulo/SP. O requerimento de qualquer medida judicial não será considerado uma renúncia aos direitos previstos nesta cláusula ou à arbitragem como o único método de solução de Conflito. **§ 7º -** A sentença arbitral deverá ser proferida de acordo com o Direito Brasileiro, ficando desde já vedado ao tribunal arbitral decidir quaisquer disputas por equidade. As decisões do tribunal arbitral serão finais e vinculantes entre os acionistas, a Companhia e seus sucessores a qualquer título. **§ 8º -** Antes da assinatura do termo de arbitragem, a CAM-CCBC poderá consolidar procedimentos arbitrais simultâneos nos termos do Regulamento. Após a assinatura do termo de arbitragem, o tribunal arbitral poderá consolidar procedimentos arbitrais simultâneos fundados neste ou em qualquer outro instrumento firmado entre as partes, desde que tais procedimentos digam respeito à mesma relação jurídica e as cláusulas compromissórias sejam compatíveis. A competência para consolidação será do primeiro tribunal arbitral constituído, e sua decisão será vinculante a todas as partes da arbitragem. **§ 9º -** Salvo acordo por escrito em contrário, os acionistas deverão continuar a desempenhar diligentemente seus respectivos deveres e obrigações previstos neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas, enquanto o procedimento arbitral estiver em curso. **§ 10º -** Os acionistas acordam que a parte vencida deverá arcar com despesas do procedimento arbitral, incluindo, mas não limitadas, às custas administrativas da CAM-CCBC, honorários dos árbitros. As partes da arbitragem arcarão com os custos e honorários de seus respectivos advogados e consultores profissionais. **Capítulo XI - Disposições Gerais - Artigo 29 -** Este Estatuto Social será regido por e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A. **Artigo 30 -** Todos os acionistas da Companhia e a Companhia deverão observar o Acordo de Acionistas arquivado em sua sede, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências ou operações de ações a qualquer título, e o presidente da Assembleia Geral e das reuniões do Conselho de Administração deverão abster-se de computar votos contrários aos termos do referido Acordo de Acionistas, conforme o artigo 118 da Lei das S.A. **Artigo 31 -** Mediante pedido, qualquer acionista poderá ter acesso a contratos celebrados pela Companhia com partes relacionadas, qualquer acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia e/ou qualquer plano de opções de emissão da Companhia. **Artigo 32 -** Em caso de abertura de capital, a Companhia deverá aderir a um segmento de listagem especial da Bolsa de Valores, nos termos da Instrução CVM 391 de 16/07/2003, conforme alterada. **Artigo 33 -** Havendo dissonância entre as disposições contidas neste Estatuto Social e no Acordo de Acionista, deverá prevalecer o quanto disposto no Acordo de Acionistas. **Mesa: Carmen Lúcia Reis Perillo de Cássia** - Presidente da Mesa; **Zanone Alves de Carvalho** - Secretário da Mesa.

Diário da Manhã

MÚSICA

Festival movimenta Vila Boa com diversidade

Festival de Artes do IFG retorna, após três anos de hiato, para lugar onde tudo começou: antiga capital. Evento traz atrações culturais e tem abertura da banda Francisco El Hombre, uma das mais importantes no cenário alternativo

RARIANA PINHEIRO
CIDADE DE GOIÁS (GO)

Está novamente em cena um evento que fez história no estado: o Festival de Artes do Instituto Federal de Goiás (IFG). Após três anos de hiato, devido à pandemia, e após ter passado por outras cidades, o festival retorna ao seu formato presencial e será realizado de hoje até a próxima sexta-feira, 18, onde sua história começou, na Cidade de Goiás.

Com cardápio recheado de atrações artísticas e formativas, a banda paulista Francisco, El Hombre é um dos destaques da programação. Ao todo, o festival vai trazer à antiga capital 56 ações artísticas e 32 oficinas, dos mais variados temas ligados às linguagens das artes visuais, literatura, teatro, música, dança, audiovisual e interartes.

Além dos grupos convidados, estudantes, professores, artistas e performers tiveram suas criações e oficinas selecionadas para a programação, que além do IFG vai ocupar diversos espaços da cidade, a exemplo do Cine Teatro São Joaquim, Sesc Vila Boa, Mercado Municipal e vários outros.

A abertura acontecerá, às 19 horas, no Teatro São Joaquim, com a presença da reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, professora Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon; do Prefeito da Cidade de Goiás, Aderson Liberato Gouveia; e do Diretor

do IFG - Câmpus Cidade de Goiás, professor Sandro Ramos di Lima.

Na ocasião, haverá a leitura de um manifesto para expressar a temática do evento, que este ano é que é "Art((é))ria - irrigar, dilatar, circular", declamado pelo professor e ator, Abílio Carrascal. Em seguida, vai haver o show da banda Francisco El Hombre, às 21h, no Mercado Municipal. A banda, da qual fazem parte ainda Sebastián, Juliana Strassacapa, Andrei Martinez Kozyreff e Helena Papini, promete levar para Cidade de Goiás uma baita festa.

Isso porque trazer a cidade a turnê em comemoração aos dez anos da banda. Para este momento especial, eles lançaram o álbum "10 Años" e, com ele, rodam o País e diversos locais do mundo - acabaram de chegar da Europa, por exemplo.

Neste trabalho, antigas canções - a exemplo de "Bolsónada", "Calor da Rua" e o hino "Triste, Louca ou Má" - ganharam novas roupagens que representam as transformações que a banda já passou ao longo desses anos. Além disso, eles estão lançando novidades, parcerias com nomes nacionais, que Mateo detalhou em entrevista ao DM (veja QRCode).

Destaque

Com 12 anos de história no cenário nacional e internacional da dança, a Giro8 Cia. de Dança é outra das atrações convidadas para o Festival de Artes de 2023. O grupo, que tem direção artística e coreográfi-

ca de Joisy Amarim e direção geral de Elaine Cruz, fará uma apresentação no Teatro São Joaquim, nesta quinta-feira, 21, às 19h30, do espetáculo "Sr. Will". Atrações locais, como da banda Samba, Cidade e Sociedade e do espetáculo tal do artista circense Saracura do Brejo também vão acontecer nestes dias na cidade.

Com esta edição o festival retoma uma trajetória longa e de muita criatividade. Criado pelo saudoso professor, diretor de teatro e músico, Reginaldo Saddi em 1988, na Cidade de Goiás, para celebrar os 90 anos da instituição, que na época era chamada de Cefet, o evento espalhou arte em diversas localidades do estado.

Em 2004 foi transferido para Goiânia e passou a ser realizado bianualmente nas dependências do IFG. A partir de 2010, com a ampliação da instituição, iniciou-se a proposta de efetivar ações do festival em todos os câmpus do IFG do estado.

Na web
"Ideia é fazer todo mundo dançar", afirma fundador do Francisco, El Hombre



Francisco, El Hombre: conjunto se apresenta no histórico município goiano, hoje, às 21h

Ana Castela está confirmada no Caldas Country

MARCELA RODRIGUES

O Caldas Country Festival tem novidades para este ano. Durante uma coletiva de imprensa realizada ontem, o organizador do festival, Péricles Douglas, divulgou as datas e a programação completa para a edição deste ano, marcada para ocorrer nos dias 1 a 4 de novembro, em Caldas Novas. O "esquenta" começa no dia 1º, com apresentações de Guilherme e Benuto e do goiano Netto DJ.

No dia 2 de novembro, haverá uma pré-festa com shows de Luan Pereira, Malifoo e a dupla Vini & Bisioli.

Há 16 anos o Caldas Country Festival é um evento famo-

so por apresentar renomados artistas de vários gêneros musicais em seus palcos. No ano passado, por exemplo, o festival contou com a participação de aproximadamente 30 atrações da música sertaneja, incluindo artistas como Jorge e Mateus, Simone Mendes, Gustavo Mioto, Guilherme e Benuto, Ana Castela, Clayton & Romário e Matogrosso e Mathias, além de outras personalidades.

Péricles Douglas comentou, ainda na coletiva de imprensa, que toda campanha do festival deste ano é pra contemplar a natureza e que eles vão falar dos elementos, fogo, água, ar e terra de uma forma muito verdadeira e que tem tudo a ver

com Caldas.

O organizador revelou que esse ano além da venda dos passaportes para o festival, pela primeira vez esse evento contará com a venda de ingressos individuais que vão ser vendidos a partir de hoje, às 12h, pelo site Total Acesso. O evento ainda contará com traslado aéreo somente para o festival e com pacotes exclusivos em hotéis na cidade das águas quentes.

Perguntado pelo DM sobre como o Caldas Country está trabalhando para garantir a segurança e bem-estar dos artistas e equipes envolvidas no evento, o organizador respondeu que todos os festivais desse porte seguem um protocolo.

Programação completa

Quarta, 1º/11
Guilherme & Benuto
Netto DJ

Quinta, 2
Luan Pereira
Malifoo
Vini & Bisioli

Sexta, 3
Bruno & Marrone
Ana Castela (foto)
Maiara & Maraisa
Hugo & Guilherme
Claudia Leite (trio)

Sábado, 4
Jorge & Mateus
Gustavo Mioto
Zé Neto & Cristiano

Pedro Sampaio
Edson e Hudson + Milionário
Banda Eva (trio)

MAURÍCIO ANTONIO/DIVULGAÇÃO





SALA V I P

RAFAEL GARCIA

TARG COMUNICAÇÃO



Mulheres Protagonistas

Amanhã (20), às 17h30, a empresária **Thaïsse Carvalho**, do salão de beleza Organiq Beauté, realizará o evento Mulheres Protagonistas 2023. O encontro tem o objetivo de fomentar a discussão sobre empreendedorismo, estabelecer conexões valiosas no mundo dos negócios e incentivar um estilo de vida inspirador. A ocasião pretende reunir um grupo de 50 mulheres



PAULO REZENDE

Na foto, algumas das obras assinadas pelo artista plástico Rodrigo Flávio, que estarão em exposição a partir de amanhã, na Vila Cultural Cora Coralina, em Goiânia. "Impulsos do insólito", tem curadoria de Adriano Braga e Gilmar Camilo, produção de Milla Faria e design de Maurício Mota. A abertura para o público será no dia 20 de setembro.

DIVULGAÇÃO



Ivana Menezes, Yan Acioli, Bianca Ricco e Marcos Maciel, no styling session, que reuniu as marcas Aquazzura, Balmain, Chloé, Pucci e Zimmermann, na boutique de luxo Ivana Menezes Concept, em Goiânia.

Na Escola do Futuro

Pensando na sustentabilidade do mercado cultural atual, neste sábado e domingo (23 e 24) as produtoras Larissa de Paula e Lua Barreto vão ministrar gratuitamente o curso "Descomplicando Seu Projeto Cultural", na Escola do Futuro em Artes Basileu França. O projeto é uma realização da Meraki Produção Cultural, com parcerias da Cia Corpo na Contramão, Esparta Arte e Cultura e apoio do banco Sicoob.

Campanha Alameda dos Ipês

O engenheiro agrônomo Marcelo Conrado, diretor da Replant - Organização para Preservação Ambiental, realiza o lançamento do projeto Alameda dos Ipês, amanhã (20), às 19h, no Cerrado Cervejaria. Alameda dos Ipês é um projeto paisagístico de reflorestamento nas laterais das trilhas do Caminho de Cora Coralina, uma trilha de longo curso, com 312 Km de extensão, para ciclistas e caminhantes. O objetivo é a implantação do maior corredor de ipês do mundo com 100 mil espécies de cores variadas.



Guilherme Belini (superintendente Comercial e Marketing da Sousa Andrade), Manoela Moraes (Couture Market) e Luiz Antônio Silvério (gestor de Marketing da Sousa Andrade), no happy hour de lançamento do Mercadinho de Luxo, no decorado do Atoll, no Setor Marista.

LETÍCIA COQUEIRO



Amanda Teixeira e Kátia Evilane prestigiaram o happy hour do Mercadinho de Luxo.

LETÍCIA COQUEIRO

CRISTIANO BORGES



Aline Peixoto (centro) com Thais Nascimento e Sheyla Doumit, no aniversário de 6 anos da loja Vix.

Barro Contemporâneo

A mostra cultural de cerâmica "Barro Contemporâneo" acontece na próxima quinta (21) e sexta-feira (22), das 17h às 21h, no Jardim Potrich, localizado na Rua 12, número 12, no Jardim Goiás. Os artistas Denise Justino, Mércia Dafico, Cris Alves + Goia e Cejana Pires são alguns dos participantes confirmados para o evento organizado pela agitadora cultural Tatiana Potrich.

Curta Mostra Especial

Entre os dias 3 e 8 de outubro de 2023, o Teatro Goiânia será palco da 22ª edição da Goiânia Mostra Curtas, que acontece em formato totalmente presencial em 2023. A importante celebração cinematográfica traz em sua programação a Curta Mostra Especial, com o tema "De Lugar Nenhum", sob curadoria dos pesquisadores e programadores de cinema Lorena Rocha e Luís Fernando Moura, em dois programas diferentes.

Desfile

A estilista goiana Idalina Gusmão apresentará uma nova coleção na 16ª edição da Goiás Fashion Week, que acontece nos dias 24, 25 e 26 de outubro, no Estádio Serra Dourada. A coleção será composta por 10 vestidos de noivas e 5 vestidos de festa, todos produzidos em seu ateliê, no Setor Marista.

ANKAI SELETO

INSTAGRAM/ REPRODUÇÃO



Leticia Sabatella fala sobre autismo

A atriz Leticia Sabatella revelou detalhes sobre o diagnóstico de um grau leve do Transtorno do Espectro Autista (TEA), que recebeu aos 52 anos. A atriz contou que chega a se sentir mal fisicamente em algumas situações, devido à hipersensibilidade, como diante do excesso de barulho, por exemplo, um dos sintomas típicos de quem pertence ao espectro.

Leticia declarou sobre o alívio do diagnóstico, mesmo que tardio, após os 50 anos. "A sensação foi libertadora. Estou neste flerte de buscar a melhor compreensão sem desespero algum", afirmou a atriz ao "Fantástico", da TV Globo.

A hipersensibilidade sensorial como a de Leticia está entre os sintomas típicos do TEA. Os outros sinais na fase adulta são dificuldades de socialização, foco excessivo no trabalho, aversão a mudanças de rotina e problemas para compreender a comunicação não verbal.

A atriz possui grau leve. Foi o diagnóstico na filha, Clara, de 30 anos, fruto da relação com o também ator ngelo Antônio, que despertou seu interesse para buscar apoio médico. "Sempre era reconhecida como a pisciana, a artista, a romântica, a idealista. Até, em umas relações mais abusivas, como maluca, louquinha." (Agência Estado)

Cantoras se beijam no Coala

O Coala Festival, que aconteceu no último fim de semana no Memorial da América Latina, em São Paulo, propôs diversos encontros entre artistas no palco. Entre eles, uma das atrações foi o show conjunto das cariocas Marina Lima e Fernanda Abreu, no domingo, 17.

As artistas fizeram um show potente, cantando sucessos de ambas as cantoras. Além disso, em dado momento, Marina e Fernanda se beijaram no palco. A cena se deu durante "Mesmo Que Seja Eu", canção originalmente lançada por Erasmo Carlos. Em famosa regravação de Marina Lima, feita em 1984, a letra ganhou novos significados. Essa brincadeira reapareceu no palco do festival, com o encontro das cantoras.

"Você precisa de um homem pra chamar de seu", cantaram Marina e Fernanda, trocando carícias. "Mesmo que seja eu". (Agência Estado)





Matéria foi analisada na manhã desta segunda-feira (18) e aprovada primeiramente na Comissão de Direito do Servidor e, em seguida, foi votada e aprovada em plenário em 1º turno

ESCOLAS MUNICIPAIS

Aprovado o marco temporal que estabelece reeleição de gestores

Fica definida data em que passa a ter validade contagem dos mandatos dos gestores eleitos nas unidades de ensino

MARCOS VIEIRA

O marco temporal para a contagem dos mandatos dos gestores de escolas municipais e centros municipais de ensino (cmei) deve ser estabelecido em 20 de setembro de 2019. A data se refere ao início da vigência da lei nº 4.039, que trata de algumas alterações no sistema municipal de ensino.

O esclarecimento sobre o marco foi objeto de um projeto de lei que foi apreciado em primeiro turno de votação na sessão de segunda-feira, 18, da Câmara de Anápolis. A matéria, que ainda será votada mais uma vez em plenário antes de seguir para sanção do prefeito, teve apenas o voto contrário do vereador Suender Silva (PRTB).

Uma emenda modificativa apresentada pelo vereador Jakson Charles (PSB) na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR), aprovada em plenário, passou a ser o entendimento sobre o cômputo das reeleições dos gestores que são eleitos pela comunidade escolar. Para isso foi acrescido um parágrafo único ao texto da lei original.

“Essa alteração, essa emenda, garante o que está expresso na lei. Não altera nada, apenas garante o que está descrito na lei de 2019. Ocorre que havia um entendimento da Procuradoria-Geral do Município que o marco temporal para as eleições não seria a lei de 2019, porque ela não deixa claro isso”, disse Jakson Charles, que também é líder do prefeito Roberto Nunes no Legislativo.

Também ficou claro outro ponto, sobre a quantidade de reeleições permitida para o gestor de unidade de ensino. A lei estabelece uma eleição com mandato de dois anos e a possibilidade de



Legislação agora define o mandato de dois anos e mais três reeleições

mais três reeleições com o mesmo tempo de duração cada uma. Ou seja, o gestor poderá permanecer no cargo, desde que vença as eleições, por até oito anos.

“Estamos deixando claro que o marco temporal é a lei de 2019”, informou Jakson, lembrando que essa mesma lei diz que as disposições anteriores sobre o tema serão revogadas. Ou seja, a contagem das reeleições começou na eleição de 2019. Quem venceu aquele pleito e o de 2021 e segue no cargo tem a possibilidade de se reeleger mais duas vezes.

“Vale o que está a partir da lei

de 2019. O cômputo dos mandatos deve prevalecer o que está na lei de 2019, ou seja, o diretor terá um mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição por igual período e no máximo três vezes. Ele pode ser eleito e ter mais três reeleições”, esclareceu Jakson.

JUSTIFICATIVA

“Essencial à segurança jurídica é a clareza das leis, que devem ser redigidas de forma a evitar ambiguidades, obscuridades ou contradições, facilitando a sua compreensão e aplicação pelos destinatários e

reduzindo os conflitos e as demandas judiciais”, escreve os vereadores da Mesa Diretora na justificativa do projeto de lei.

“Por isso, é fundamental que as leis sejam elaboradas com critérios técnicos e linguísticos adequados, respeitando os princípios da legalidade, da impessoalidade e da publicidade”, completa o texto.

DISPUTA

A eleição para gestores das unidades da rede municipal de ensino está marcada para o dia 24 de novembro. São 55 escolas e 32 centros municipais de ensino que poderão ter disputa.

Caso não haja interessados em concorrer à função em alguma unidade, a Secretaria Municipal de Educação, consultado o Conselho Escolar, indicará um professor da rede municipal para ocupar a função durante o biênio, podendo o indicado se candidatar ao próximo pleito, com direito a reeleição para o mandato imediatamente seguinte, perfazendo assim o máximo de quatro mandatos consecutivos.

Já os gestores das unidades de ensino objetos de acordo de cooperação, de ensino fundamental e educação infantil, poderão ser indicados pela mantenedora, referendada pela Secretaria Municipal de Educação, dentre professores efetivos e estáveis da rede municipal, atendendo alguns critérios definidos pela portaria que rege o processo eleitoral.

REGRAS

No último dia 5 de setembro foi publicada uma portaria que fixa as normas para processo eleitoral e de indicação de gestores das unidades de ensino da rede municipal. Em Anápolis a esco-

lha dos gestores das unidades de ensino fundamental e de educação infantil é realizada por meio de eleição direta e secreta, com a participação de toda a comunidade escolar, exceto nas unidades de objeto de acordo de cooperação.

É estabelecido que a gestão democrática implica em formas de convívio que respeitem os estudantes, os pais, a comunidade local e os profissionais da educação como cidadãos nas relações cotidianas, no respeito à diversidade e às minorias, nas ações de inclusão social e educacional, e no diálogo permanente com a comunidade. Além disso, em “razão do excepcional caráter de suas atribuições, ao gestor impõe-se conduta libada e irrepreensível”.

São eleitores os profissionais da educação modulados ou em efetivo exercício na unidade de ensino, o pai ou a mãe ou o responsável legal pelo aluno matriculado e os estudantes matriculados no ensino fundamental a partir do 5º ano e estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

E podem se candidatar à função de gestor ou serem indicados pelas mantenedoras, professores efetivos e estáveis da rede municipal de Educação, que atendam a diversos requisitos. Entre eles que tenha atuado, no mínimo, por três anos, como docente, em qualquer unidade de ensino público ou privado; esteja modulado no mínimo há dois anos consecutivos na unidade de ensino em que pretende concorrer; e tenha disponibilidade para dedicação exclusiva.

O quórum mínimo para a validade das eleições é o seguinte: 50% dos profissionais da Educação; 50% dos estudantes votantes; e 20% dos pais ou responsáveis dos estudantes não votantes.

PRIMEIRA INFÂNCIA

Após Anápolis, novas cidades já incorporam o Pacto Goiano

Reunião realizada em Goiânia teve presença dos atores da assistência social no Estado, gestores iniciam ação conjunta

DA REDAÇÃO

Assim como fez Anápolis, durante audiência pública realizada na quarta-feira (13), no miniauditório da Câmara Municipal, dezenas de outros municípios goianos aderiram, na quinta-feira (14), ao Pacto Goiano pela Primeira Infância.

O objetivo é unir esforços do sistema de Justiça, de órgãos públicos do Poder Executivo e de entidades do terceiro setor e da academia para efetivar direitos previstos na legislação para a população brasileira com menos de 6 anos, a faixa etária de maior importância para o desenvolvimento de uma criança.

A adesão dos gestores municipais ocorreu em evento promovido com essa finalidade pelo Comitê Goiano do Pacto Nacional pela Primeira Infância, que tem entre seus integrantes o Ministério Público de Goiás (MPGO). O encontro foi realizado no auditório do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO).

O ato simbólico de registrar com tinta das palmas das mãos em um mural e uma foto no palco do auditório selou o compromisso de prefeitas e prefeitos. Antes desse momento, o evento contou com palestras e exposições práticas, com orientações sobre a elaboração dos planos municipais da primeira infância.

O procurador-geral de Justiça de Goiás, Cyro Terra Peres, falou da necessidade de tornar realidade as políticas voltadas para a primeira infância, o que sempre foi uma preocupação do Ministério Público.

“A nossa incumbência sem-



Ato que aconteceu na capital teve adesão dos gestores municipais e foi promovido pelo Comitê Goiano do Pacto Nacional pela Primeira Infância

pre foi cuidar da infância e da adolescência. Se há uma instituição que tem como dever cuidar da infância é o Ministério Público”, lembrando que grande parte da legislação relacionada à criança e ao adolescente nasceu de articulações da instituição.

O procurador-geral reforçou que, para tornar efetiva essa priorização das políticas para a infância, é essencial um trabalho coletivo, em conjunto. “Sabemos que ninguém faz nada sozinho. É muito bom para o Ministério Público participar de construções coletivas”, salientou.

O MP se colocou à disposição para colaborar com os gestores,

prefeitas e prefeitos, para que “as normas saiam do papel”. Entre essas ações que demandam apoio, Cyro Terra Peres citou a retomada de obras da educação básica, o repasse de recursos para essa área e o resgate da cobertura vacinal adequada na primeira infância.

COMITÊ

O presidente do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO), desembargador Carlos Alberto França, destacou a importância do engajamento dos municípios com o pacto. Lembrou que o Poder Judiciário foi um dos idealizadores da formação do Comitê Goiano e da adesão das instituições ao com-

promisso com a primeira infância.

Segundo ele, é essencial que gestoras e gestores façam uso do apoio dos poderes e instituições, como o Judiciário e o MP, para ter ideias, orientações, para que possam “fazer algo mais pela primeira infância”.

O Comitê Técnico da Primeira Infância, do Instituto Rui Barbosa, é presidido pelo conselheiro Édson Ferrari, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), um dos idealizadores do encontro.

Ele defendeu a inclusão do tema nos orçamentos públicos e apresentou números constantes no Portal da Primeira Infância,

hospedado no site do TCE-GO, que traz indicadores nacionais e regionais que mostram a situação preocupante das crianças na faixa etária entre 0 a 6 anos no Brasil.

O ato teve também as presenças do defensor público-geral do Estado, Tiago Gregório Fernandes; o deputado federal Zacharias Calil, coordenador da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância do Congresso Nacional; o deputado estadual Cairo Salim, representando a Assembleia Legislativa de Goiás, e o presidente do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), Joaquim de Castro. (Com informações do TCE-GO e MP-GO)

Anápolis já constrói seu Plano Municipal

A partir de agora o pacto espera de prefeitos e prefeitas a formulação e implementação de políticas públicas para a primeira infância, com base nos princípios e diretrizes estabelecidos no Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016).

Os gestores devem criar programas, serviços e iniciativas baseadas no desenvolvimento integral das crianças desde o nascimento até os 6 anos, nas áreas prioritárias da saúde, alimentação e nutrição, educação infantil, convivência familiar e comunitária, assistência social à família da criança, cultura, lazer, meio ambiente, dentre outras.

Anápolis deu início a esse processo, durante a audiência pública realizada no dia 13 de setembro, na Câmara Municipal, com participação de representantes de todos os segmentos ligados



Audiência pública realizada no legislativo anapolino reuniu todos os segmentos que atuam em defesa da criança

às ações de proteção e defesa da criança e do adolescente.

Foi o ponto de partida para a construção de um Plano Mu-

nicipal pela Primeira Infância (PMPI), que apresentará políticas públicas de atenção à faixa etária de zero a seis anos, considerando

o contexto familiar e comunitário desses pequenos anapolinos.

Titular da Comissão da Criança e Adolescente da As-

sembleia Legislativa de Goiás, a deputada estadual Vivian Naves (PP), primeira-dama de Anápolis, destacou as políticas que já atendem famílias na cidade, beneficiando diretamente crianças que estão na primeira infância.

Para a secretária municipal Eerizania Freitas (Integração - Assistência Social, Cultura, Esporte, Trabalho, Emprego e Renda) é fundamental debater os avanços nas políticas voltadas para a primeira infância, os primeiros 72 meses de vida de um ser humano.

Um grupo numeroso de mães atendidas pela Assistência Social de Anápolis participou da audiência pública, para manifestar sua opinião sobre o que deve constar do plano. Assim como os profissionais que atuam no Social e na Educação.

COVID-19

Casos dobram em Anápolis na primeira quinzena de setembro

Avanço da contaminação já era esperado a partir da disseminação da nova variante. Apesar disso, não houve mortes

RAFAEL TOMAZETI

O número de casos de Covid-19 em Anápolis praticamente dobrou nos primeiros 15 dias de setembro, na comparação com o mesmo período de agosto. De acordo com dados da Secretaria Municipal de Saúde (Semusa), foram 233 infecções neste mês contra 117 no mês anterior.

A elevação da contaminação se dá na esteira da variante mais nova do coronavírus Sars-CoV-2, causador da doença. A EG5.1, chamada de éris, é altamente contagiosa, mas não demonstrou grande potencial de agravar os casos. Ela foi detectada no Brasil pela primeira vez em meados de agosto.

Quem já teve a doença ou está vacinado, contudo, está parcialmente protegido, como explica o virologista Benedito Lopes da Fonseca, professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) da USP. Ao jornal da USP, o especialista explicou que essa dicotomia – de mais casos, mas poucas mortes – foi observada em todos os lugares em que a éris foi encontrada.

Além disso, os sintomas são, nas palavras de Fonseca, “muito parecidos com os que são causados pela ômicron original: febre, dor de cabeça, dor no corpo, dor de garganta e nariz escorrendo. Então não tem uma gravidade maior. Há um aumento no número de casos e internações, mas, até esse momento, não há uma gravidade



BRUNO VELASCO

Secretaria Municipal de Saúde oferta a bivalente, que protege contra a ômicron e variações recentes do vírus

muito grande em relação a essa nova variante”, disse.

É exatamente este o cenário de Anápolis. Apesar do aumento de casos, houve redução no número de óbitos. Nos primeiros 15 dias de agosto, a cidade teve três mortes causadas pela Covid-19. Em setembro, até

aqui, não houve fatalidades. O número de internados também segue estável, com seis pessoas em tratamento hospitalar após a confirmação da infecção.

MUTAÇÃO

De acordo com os cientistas, o aumento no número de casos

e o maior risco de contágio são consequências de uma nova mutação na proteína que liga o vírus às células humanas, o que deixa o organismo mais exposto, uma vez que a vacina ou a infecção anterior tenham preparado os anticorpos para uma defesa específica.

“Por causa dessa mutação, ela tem uma transmissibilidade muito grande. Há evidências de que ela é mais transmissível do que as variantes que estão ocorrendo no momento, e ela, por causa dessa mutação, não é completamente neutralizada pelo sistema imune que nós temos”, explica o professor Benedito da Fonseca, da USP.

VACINAÇÃO

Anápolis tem hoje 324.993 pessoas vacinadas com pelo menos uma dose, 269.220 com duas doses e outras 83.466 com o reforço. São mais de 677 mil doses de vacina aplicadas desde o início da campanha de imunização. Desde o início do ano, a Semusa oferta a bivalente, que protege contra a ômicron e variações mais recentes do vírus. Segundo o virologista da USP, imunizar-se ainda é a melhor forma de se frear a contaminação.

“O mais importante de tudo é que as pessoas se vacinem, e aquelas que não estão completamente vacinadas, que completem sua vacinação. Ainda não temos uma vacina específica contra essa nova variante, mas, muito proximamente, talvez a gente tenha uma vacina contra a variante que deu origem a ela. Então, quando sair a vacina, a população tem de entender que precisamos ser vacinados, porque, com isso, podemos diminuir a circulação da doença, os casos mais graves e o aumento da mortalidade”, concluiu o virologista.

Trabalhadores sindicalizados têm menor índice desde 2012

Pesquisa do IBGE considera pessoas ocupadas ou aquelas que já foram anteriormente

REDAÇÃO

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na última sexta-feira (15), mostram que o percentual de trabalhadores sindicalizados em Goiás é o menor desde 2012.

O foco do estudo é fazer um levantamento da relação de pessoas ocupadas ou que já foram anteriormente. Em 2022, o número de trabalhadores associados chegou a 276 mil, o que corresponde a 5,3% do total que está ou já esteve ocupado.

O índice é 0,3 pontos percentuais (p.p.) menor do que o valor estimado em 2019 e 3,7 p.p. me-

nor do que o índice de 2012. Esse movimento de queda também foi observado no Brasil para o mesmo período.

Em 2022, cerca de 11,7 milhões de trabalhadores eram associados a algum sindicato, ou 7,9% do total de pessoas ocupadas ou que já estiveram ocupadas. Em 2019, foram 13,4 milhões e em 2012, primeiro ano da série histórica, 17,6 milhões. Ainda de acordo com a PNAD Contínua de 2022, Goiás teve a maior expansão relativa de registros de Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) para conta própria do país.

Em 2020, no estado, havia cerca de 881 mil trabalhadores por conta própria, sendo que 618 mil, ou 70,2% do total, estavam ocupados em um empreendimento que não possuía registro do CNPJ. Entre 2019 e 2022 houve queda de 80 mil trabalhadores nessa condição. Quando observado o período entre 2012 e 2022, houve aumento de 69 mil pessoas.

No último ano, a quantidade de trabalhadores por conta própria com o registro de CNPJ teve aumento de 105 mil trabalhadores, correspondendo a 29,8% dos residentes no estado que trabalhavam por conta própria, um aumento de 11,4 p.p. em relação a 2019.

Esse aumento foi o maior do país, a frente de Rio Grande do Sul, que aumentou 9,2 p.p., São Paulo, que subiu 8,6 p.p. e Distrito Federal, com 8,4 p.p. A quantidade de empregadores em 2022 foi estimada em 213 mil pessoas em Goiás, 41 mil a mais que em 2019.

Destes, os que tinham empreendimento registrado no CNPJ eram 172 mil pessoas, cerca de 33 mil pessoas a mais do que o estimado em 2019 (139 mil pessoas) e cerca de 62 mil pessoas a mais do que a quantidade estimada em 2012 (110 mil pessoas). Já os trabalhadores sem CNPJ tiveram aumento de 33 mil para 41 mil entre 2019 e 2022.



MARCELO CASAL JR.

Índice é 0,3 pontos percentuais menor do que em 2019 e 3,7 que 2012

FOGO

Tempo seco provoca mais de 200 incêndios em matas em Anápolis

Do total de ocorrências registradas, segundo o Corpo de Bombeiros, mais da metade ocorreu no perímetro urbano

RAFAEL TOMAZETI

O ano de 2023 já teve 215 ocorrências de incêndio em vegetação em Anápolis, segundo levantamento do Corpo de Bombeiros. Ao DM, a corporação informou que, destes, 110 se deram em lotes baldios dentro do perímetro urbano e outros 105 foram na zona rural.

Os dados foram apurados até o dia 14 de setembro. Na comparação com o ano passado, há redução de 34,84% nas ocorrências deste tipo. As informações de 2022, contudo, dizem respeito ao período que compreende de janeiro até 30 de setembro.

Segundo o tenente do Corpo de Bombeiros, Licurgo Borges Winck, os números de 2023 estão dentro daquilo que é historicamente registrado, mas ainda num padrão elevado. "Está dentro do padrão, mas a gente considera um número elevado. Todo ano a gente



São 110 incêndios em lotes baldios no perímetro urbano e 105 na zona rural...

tem nesse período muitos incêndios em vegetação. Infelizmente é sempre um número muito alto com o qual lidamos", afirmou em entrevista ao DM Anápolis.

De acordo com o tenente, 95% das causas de incêndio no município - seja no perímetro urbano ou em áreas rurais - são

de ações humanas. Culturalmente, explica Licurgo, o uso de fogo para limpeza de lotes é um dos maiores causadores de problemas nesta época do ano.

"As pessoas utilizam muito fogo para limpeza dos lotes e para propriedade rural. Existe essa cultura arraigada no nosso

cidadão. Esse fogo que é utilizado, muitas vezes mais próximos a áreas rurais, nessa época do ano, com muito vento, seca e elevadas temperaturas, perde-se o controle", explicou.

A legislação estabelece prisão de três a seis anos e multa para quem é responsável por incên-

dios em vegetação. O grande problema, porém, é identificar o criminoso. "Muito difícil essa identificação para criminalizar. A corporação é acionada para fazer extinção do incêndio. Na maioria das vezes, o fogo está concretizado. Não consegue se pegar a pessoa responsável", lamentou o bombeiro.

CONSCIENTIZAÇÃO

O Corpo de Bombeiros, todos os anos, lança em fevereiro a Operação Cerrado Vivo, que trabalha com conscientização. A ideia é levar a mensagem da preservação preventiva do meio-ambiente à sociedade, sobretudo em ambientes como escolas e universidades. "A gente trabalha na prevenção com palestras em escolas, orientações em rádio, TV, nas faculdades, com a sociedade civil. Apresentamos causas, motivos e solicitando a colaboração nessa parte preventiva", explicou.

II SEMINÁRIO DE INTERIORIZAÇÃO JURÍDICA DA ESA NACIONAL

O DIREITO CONTEMPORÂNEO EM QUESTÃO

GRANDES NOMES DO DIREITO EM PALESTRAS VOLTADAS PARA A ADVOCACIA DO INTERIOR



27/09 DAS 8H30 ÀS 19H



CENTRO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER (CEL) DA OAB-ANÁPOLIS



EVENTO PRESENCIAL COM CERTIFICAÇÃO

Mais informações e inscrições em

WWW.OAB.ORG.BR/EVENTOSOAB



ESA | Seccional GOIÁS | Subseção Anápolis

INTERIORIZAÇÃO DA ADVOCACIA PRESENTE



UniEVANGÉLICA
UNIVERSIDADE EVANGÉLICA DE GOIÁS

DM Anápolis
O Diário do Município

